

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Carlo
Carotenuto



Gilson
Padeiro



Grazi
Oliveira



Juliana de
Souza



Rafael Fleck



004ª CECE 25FEV2025

Pauta: Emendas Parlamentares para a Mostra de Arte de Rua.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): (14h15min) Boa tarde a todos e todas, vamos dar início à nossa reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes – CECE. Eu gostaria de convidar a secretária Liliana Cardoso para fazer parte da Mesa. Estão conosco aqui o Ver. Gilson Padeiro, a Ver.^a Grazi, o Ver. Carlo Carotenuto e o Ver. Robaina, que é o demandante desta pauta de hoje aqui, junto com a deputada federal Fernanda Melchionna, que já está chegando. Eu gostaria de convidar para fazer parte da Mesa o Sr. Guaracy Andrade, representante da Secretaria da Fazenda. Nós incluímos aqui, para fazer parte da Mesa, o representante do Ministério da Cultura, eu não sei se já se faz presente. A Rozane Dal Sasso, presidente do Conselho Municipal de Cultura, está presente? Então, Patrícia, por favor. E eu vou convidar a Tânia Farias também para fazer parte da Mesa. Aproveito então a chegada da deputada Fernanda e já vou convidá-la para fazer parte da nossa Mesa. Então, seguindo a nossa pauta, nós vamos tratar sobre as emendas parlamentares para a mostra de arte de rua, que foi uma demanda, foi uma proposição do gabinete do Ver.

Robaina. Nós estamos seguindo a mesma lógica em todas as reuniões. Claro que hoje é uma reunião especial, nós estamos aqui com a presença da deputada Fernanda Melchionna. Nós seguimos, então, com o governo, dez minutos para cada Secretaria, podendo compartilhar. Depois, como também é a demandante da emenda parlamentar, a deputada Fernanda dispõe de dez minutos. E aí nós dividimos o tempo em cinco minutos para cada parlamentar, inclusive do Ver. Robaina. Pode ser? Ao final, nós vamos abrir as inscrições. Vamos fazer uma rodada de cinco inscrições, três minutos, mas eu vou pedir a gentileza para todos e todas aqui, já saudando a presença de todos, que nós, então, fiquemos atentos ao tema desta reunião. Então, secretária Liliana, a senhora tem dez minutos.

SRA. LILIANA CARDOSO: Bom, boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Ver. Fleck, comandando esta sessão, esta audiência pública, aos vereadores aqui presentes, Ver. Gilson Padeiro, Ver.^a Grazi, Ver. Carlo, Ver. Robaina, deputada federal Fernanda Melchionna, Conselho Municipal de Cultura na pessoa da nossa sempre parceira Patrícia Sachett, também a Tânia, a nossa liderança do teatro, de rua, enfim, de tudo que nós entendemos enquanto arte. Saudando a Mesa, eu saúdo todos na plateia e apresento aqui o secretário adjunto de Cultura, que assumiu há uma semana, o Dr. Fábio Bandeira. Então, já comunico à comunidade cultural, o nosso secretário adjunto empossado, e também o nosso coordenador de artes cênicas, o Breno Saul. Saúdo o Guaracy, representando a Secretaria da Fazenda. Bom, em primeiro lugar, quero dizer da sempre ciência de estar aqui na CECE e quão importante são as audiências públicas, até para a gente ter a dimensão, e essa é a função fiscalizadora do Parlamento Legislativo, quando tem compromisso junto à sociedade, de trazer pautas relevantes e pautas importantíssimas. E nesse pleito que vem da nossa deputada federal Fernanda Melchionna, nada mais justo, que traga, novamente, a pauta das emendas parlamentares, muito especificamente a mostra de arte de rua. Nós temos emendas, sim, paradas, entravadas, enfim, que tiveram várias sequências, vários problemas, desde 2021, que passaram também por diversos secretários. E agora, à frente da Secretaria, como interina, que fiquei quatro

meses, e agora assumindo a titularidade, tentando, junto à nova equipe, destravar essas emendas federais que foram distribuídas para a Secretaria da Cultura. A gente sabe que foram abertos editais, foi aberto o chamamento público, deu deserto, deu vazio, parou, estancou e não seguiu. E eu falo com muita tranquilidade, eu acho que ou a gente tem dinheiro ou tem humildade, e eu sempre vou usar de sinceridade do que é pertinente ao poder público, do que não foi feito, do que não foi cumprido, e dos avanços que a gente tem que ter para desmembrar todo esse investimento que, enquanto parlamentares, é tão difícil, às vezes, destinar verbas para a Cultura. Então, sendo uma mulher que venho da cultura, minha vida toda foi cultura, penso que a gente também se coloca no papel dos trabalhadores, eu nem digo fazedores, são trabalhadores da arte e da cultura, e aos quais peço, mais uma vez, escusas. Mas como eu tenho que seguir, o meu farol é para a frente, eu tenho que trazer soluções pertinentes desses avanços e o que nós vamos fazer daqui para frente para tentar amenizar o impacto que foi, severamente, em torno de mais de R\$ 2,8 milhões de emendas parlamentares. A gente sabe que as emendas especiais são recursos que são transferidos diretamente para a conta do Município, sem a necessidade de um plano de trabalho detalhado ou aprovação prévia de projetos. A gente sabe que o Município tem maior autonomia para decidir como aplicar os recursos, desde que observe as normas gerais de gestão pública, a fiscalização da aplicação dos recursos e a realização pelos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União, o TCU. Nós sabemos das emendas voluntárias, e o que são as emendas voluntárias? Elas são repasses de recursos federais para estados, municípios, entidades privadas sem fins lucrativos, à titulação de cooperação, auxílio ou assistência financeira. E essas transferências são formalizadas por meio de convênio ou contratos de repasse, que estabelecem as condições para aplicação dos recursos. Estão definidas, pelo artigo 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a entrega de recursos financeiros, a outro ente da federação, atitude de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional legal, ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Resumindo, a principal diferença é a autonomia que o Município tem

para realizar a emenda, além da celeridade do recurso para administração direta. E talvez essa celeridade não tenha sido por completo, eu vou entrar no mérito aqui, e não seria justo e ético, da minha parte, colocar à baila quem fez, quem não fez, por que estancou, embora quem tenha que responder agora seja eu, pela demanda que vem ao longo desses quatro anos. Nós estamos, então, na pauta e num trabalho muito profundo sobre a emenda da Mostra de Rua. Eu passo a palavra ao coordenador Breno, de Artes Visuais, porque chegamos na finalização da execução dessa emenda e o passo a passo do cronograma, porque eu acho que não posso prometer o que eu não vou cumprir. Às vezes, me acham muito rígida, muito, entre aspas, radical, muito grossa na forma que eu me coloco, me exponho. Muitos chegam no gabinete com as suas demandas, só que eu não posso falar o que eu não vou cumprir, eu não posso prometer uma data que não vai acontecer, e eu não posso também ir contra os órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas, que manda uma determinação de editais que têm que ser abertos por pessoas CNPJ. Há uma determinação também desses órgãos que eu não posso fazer vistas grossas e descumprir, porque, lá na frente, quem vai responder vai ser o meu CPF, vai ser a minha trajetória, vai ser o trabalho que a gente tem ao longo de 40 anos fazendo cultura no nosso Município e Estado. Nós fizemos esse cronograma junto a um estudo muito profundo que o Breno, que é um servidor de carreira da nossa secretaria... Tenho muito orgulho de ter a pessoa, enquanto Breno, na cultura, e que conseguiu esmiuçar, e nós, toda a equipe, para fazer esse trabalho, para tentar fazer a programação e o cronograma para a entrega da emenda da Mostra de Rua. Por gentileza.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Secretária, só antes de passar a palavra para o Breno, eu vou pedir que, antes de qualquer pessoa usar o microfone, que se identifique e diga qual órgão está representando, senão depois eu levo um puxão de orelha da assessoria técnica ali. Obrigado.

SR. BRENO KETZER SAUL: Boa tarde, boa tarde a todos. Meu nome é Breno Ketzer Saul, sou funcionário da Secretaria Municipal da Cultura, técnico em cultura e coordenador de artes cênicas, neste momento, da Secretaria da Cultura. Sobre o objeto desta reunião, a pauta desta reunião, eu queria cumprimentar a todos os presentes, meus colegas e conhecidos, todos eles, e dizer que a gente organizou um cronograma que é a solicitação da vereadora, do deputado e da vereadora, perdão, da deputada e do vereador... Desculpe. Enfim, mas quero dizer sinceramente, Fernanda, queria tratar, falar diretamente para ti e para todos, a gente tem enfrentado muita dificuldade para executar as emendas federais, como é o caso da Mostra de Rua. Por quê? Porque a gente segue o regramento do Município, organizado pela PGM, todo um regramento bastante rígido. Eu agora mesmo contratei a Raquel, que está ali, para fazer o Porto Alegre em Cena, frequentemente a gente contrata os artistas da cidade para fazerem eventos, e é uma exigência bastante grande. Acontece que, quando reúne a exigência da PGM de Porto Alegre, do estamento jurídico aqui de Porto Alegre, e as exigências do Ministério da Cultura, a coisa fica muito complicada. Eu quero chamar a atenção para isso, porque isso é um ponto em que há um estrangulamento claro sobre a execução das emendas federais dessa natureza, desse tipo. Eu sei que existem tipos diferentes, mas eu quero chamar a atenção para isso. É um problema estrutural que tem que ser pensado quando forem organizadas demandas, porque a gente fica... Eu estava lá com o Marcelo Restori agora e disse: "Eu não sei se eu vou lá para frente, ou fico aqui, porque eu me sinto bastante pressionado para solucionar uma coisa que é bastante complicada, bastante complicada de executar". Estou falando tecnicamente, juridicamente contemplar todas as exigências que são feitas. A gente sentou, se debruçou sobre a proposta e elaborou um cronograma. Está aqui o cronograma. A gente pretende dividir, porque, tecnicamente, existem contratações que são diretas, contratações que a gente tem controle e consegue fazer contratações de grupos, mas a execução dessa emenda exige também licitações, que aí o controle sai da nossa mão, porque a gente passa para um contrato com uma empresa que, às vezes, não se interessa em fazer, desiste ou cumpre de

maneira não satisfatória os serviços. Então, a nossa proposta de abrir um edital é olhar para esse plano de trabalho, eu já tinha feito uma reunião com o Hamilton e com a Tânia, olhar para esse plano de trabalho, ver o que pode facilitar no sentido de não exigir tantas licitações e tentar fazer contratos diretos, porque são aspectos técnicos que eu acho que não interessam muito para as pessoas. Mas, após todas as contratações serem feitas, a gente tem que submeter todas as contratações feitas, a gente tem que submeter esses contratos todos para o ministério, que aí então irá aprovar e autorizar a execução. O dinheiro não está na Secretaria da Fazenda, pelo que eu sei, ele não está na Fazenda, ele está no ministério, ele está parado no ministério, ele não veio para cá. Ele somente virá para cá no momento em que o ministério aprovar todas as contratações. Isso, pessoal, esse conjunto de exigências jurídicas são prejudiciais para a elaboração e execução de projetos culturais, porque eles interrompem a execução, eles não respeitam a natureza do fenômeno artístico, do acontecimento artístico e da flexibilidade que o acontecimento artístico exige. Quem produz aqui, e todos aqui produzem, sabe que uma produção envolve aspectos inesperados, e aqui a gente não pode contar com esses aspectos, a gente tem que prever tudo, enfim. O cronograma está aqui, a gente pretende abrir, eu vou ler rapidamente. O cronograma foi elaborado por mim e pela Pâmela, funcionária da Secretaria da Cultura. Leio o cronograma, pessoal? (Pausa.) A nossa proposta é executar a emenda na Semana de Porto Alegre de 2026. Um ano a gente quer, a gente precisa, para abrir um edital, fazer a seleção da programação e organizar todas as licitações, que podem dar certo, dar errado, fracassar, e a gente refazê-las, e realizar em 2026 a Mostra de Arte de Rua de Porto Alegre durante a Semana de Porto Alegre. Esse é o nosso projeto. Então, seria abrir um edital em 1º de maio para a programação artística. A partir daí, a partir da programação selecionada, ver quais são as exigências de produção que essa mostra vai exigir, porque eu não posso prever, antes de ter a programação, eu não posso prever o que vou exigir de produção. E a partir daí, elaborar uma licitação, contratar uma produtora e os demais serviços que não são contratados diretamente. Eu acho que, basicamente, é isso. Não quero incomodar as pessoas com aspectos técnicos,

mas eu quero chamar realmente a atenção, Fernanda, porque eu sou funcionário da secretaria há 30 anos, e eu nunca vi tanto entrave burocrático para realizar um projeto cultural. Isso não funciona para a gente, para artistas, não funciona. A gente tem que mudar isso, senão a gente fica fazendo um papel antipático de não realizador, e a Secretaria da Cultura não pode ser acusada de não realizar. A Mostra de Rua nasceu na Secretaria da Cultura, enfim, vários projetos. Não quero mais falar. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Breno. Antes de passar para a Secretaria da Fazenda, gostaria de citar aqui a presença da nossa vice-presidente, Ver.^a Juliana; da representante do Ministério da Cultura, Mariana Martinez; citar os nossos convidados: a Associação Gaúcha de Escritores, representada pela Liana; a Associação de Circo do Rio Grande do Sul, pela Consuelo; o Museu da Cultura Hip Hop, pela Coordenação Geral de Autogestão e Sustentabilidade, o Rafael; o Conselho, já citei, a Patrícia está na Mesa; Sindicatos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado do Rio Grande do Sul, presidente Luciano; o representante do Festival do Artista de Rua, Fillipe Farinha; e a Associação Brasileira de Teatro de Bonecos, o representante é o Mário de Ballentti.

Passo a palavra para o nosso querido Guaracy, representante da Secretaria da Fazenda.

SR. GUARACY ANDRADE: Boa tarde a todos; boa tarde, vereador; boa tarde, deputada. Eu sou assessor da secretária Ana Pellini, da Fazenda, chegamos agora há pouco, não é? Na verdade, todas as demandas que chegam para nós, tudo que chega para a gente com determinações da PGM, do Ministério, a gente sempre libera na hora quando está de acordo com as regras. Mas, nesse caso, nós não temos nada lá na Fazenda. Então, eu diria que a responsabilidade não está conosco nesse momento.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Guaracy. Deputada Fernanda, a senhora dispõe de dez minutos.

SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar os artistas de Porto Alegre que estão presentes na reunião, lutando pela arte, como sempre. Quero cumprimentar o presidente Rafael Fleck e todas as pessoas da comissão, Ver.^a Juliana, Ver. Carlos, Ver. Gilson, Ver.^a Grazi. Eu vou dizer que o Roberto é senador, porque eu ia fazer um agradecimento especial para ele, que tem sido meu braço direito e meu braço esquerdo nessa luta em defesa da cultura e das emendas aqui em Porto Alegre! A secretária Liliana, secretários aqui na Mesa, Tânia, Mari, Patrícia, e eu espero, secretária, que a secretária não encare como uma crítica a ela, porque, de fato, a secretária está há pouco tempo na secretaria, mas eu preciso desabafar, porque não pode ser normal. Eu fui vereadora há 10 anos de Porto Alegre, com muita honra que o povo me conferiu, e nós fizemos muitas lutas para o Fumproarte – está aqui Hamilton –, tem o dinheiro do Funcultura, como diz a lei, nós tivemos luta para ter a lei do artista de rua, houve tentativa de revogar – estou vendo vários artistas de rua aqui –, nós tivemos luta para o Embolamento Cultural ficar no espaço lá do Rubem Berta, nós tivemos luta com o circo, com a música, com a dança, nós tivemos luta do Livro e da Leitura, está a Liana aqui, com o Plano Municipal do Livro e da Leitura, e uma das coisas que o governo sempre argumentava, todos os governos, eu passei por vários governos, não só o Melo, fui líder da oposição, Jonas, contra um governo Marchezan, fui líder da oposição, era que não tinha dinheiro. Eu fui eleita – graças ao povo de Porto Alegre e ao PSOL – deputada federal, e mesmo sendo oposição aos governos, fiz questão de mandar milhões de reais para a cultura de Porto Alegre. Milhões de reais. Nós não estamos falando de uma emenda pequena, e qualquer emenda vale a pena quando a gente não tem dinheiro. Aí tu imaginas a nossa indignação quando vê que emendas muito importantes ficam quatro anos na secretaria. Por isso eu peço até licença, Liliana, porque ela não era secretária naquele momento, mas o Estado, enquanto Estado, ou o governo, enquanto

governo, é parte da mesma continuidade política, e temos que cobrar o governo de tudo. O Breno, que é servidor de carreira, que nós temos o maior respeito, não era o coordenador das artes cênicas, mas eu me reuni com dezenas... Não, dezenas não, todos os secretários de lá para cá, todos os responsáveis pela emenda de lá para cá, não foi uma nem duas, nós tivemos várias reuniões lá nas secretarias, antes no Paço Municipal, ontem tivemos com a secretária, a reunião foi muito positiva, mas nós tivemos dezenas até agora. E o fato é que tem emenda parada desde 2021 para o Livro e a Leitura, que poderia estar financiando escritores e escritoras, publicando textos, que é uma que não é da audiência de hoje, mas é também. Isso em 2021, gente! Nós estamos em fevereiro de 2025, e não saiu do papel. Claro, tem as burocracias, eu vou entrar nelas antes de entrar na arte de rua especificamente, tem as burocracias, mas também tem o empenho dos órgãos que recebem a emenda. Às vezes emperra, é verdade, mas aí você faz uma reunião urgente com o Minc, e eu fiz com vários secretários, inclusive da administração que faço oposição, que é a administração do Sebastião Melo. A gente esteve na eminência de perder a emenda às vésperas de fechar o prazo das burocracias do sistema federal, fizemos reunião 31 de dezembro, quando o André Machado era secretário de habitação, para não perder a emenda. Para nós, não tem hora para defender os interesses do povo de Porto Alegre, porque essas emendas, nós queremos que cheguem na ponta, não é para o governo, é para o Oigalê, é para o Levanta Favela, é para a Terreira, é para o Neelic, é para o Caixa Preta, vamos me ajudem, é para os grupos que estão aqui, é para os músicos, estou vendo o Lipsen, as mulheres. Eu não fui demandada, toda vez que eu via que estava parado – eu reitero, a secretária ainda não era secretária, a gente tem que ser muito sincero aqui –, a resposta era: “Estamos vendo, estamos vendo”. Aí tem um edital que deu deserto, mas ficou em qualquer gaveta, em qualquer coisa.

Três coisas muito rápidas: o dinheiro não está aqui. Claro que o dinheiro não está aqui, a Prefeitura não fez a sua parte, é óbvio que o dinheiro não está aqui. Ainda bem que o dinheiro não está aqui, Mari, porque se não tem o edital na rua, ainda bem! Tem que estar no governo federal, esperando todos os trâmites para

receber. Dois: o tema dos editais, etc., e todo esse tema. Nós temos aqui gente com *know-how* que pode ajudar. Eu fiz uma emenda, o pessoal não conhece aqui em Porto Alegre, com a universidade, com a Unipampa, em Alegrete, fiz depois dessa emenda de 2021. O Leonardo Gam está aqui, depois, ele me diz que ano foi que a gente fez a emenda para a Unipampa. Eles fizeram um festival de rua em Alegrete. Eu mandei depois a emenda, a emenda já foi executada. Chegou em todos os grupos, todos, de todas as vertentes da arte na cidade, e foi uma das coisas mais lindas que Alegrete recebeu. E a Prefeitura de Porto Alegre está sentada em cima, quatro anos das nossas emendas.

Então, para ir concluindo e pegar a parte também emergencial, agradecendo, de novo, a Comissão de Cultura por nos receber, presidente Fleck. Os artistas de rua não aguentam mais, estão agonizando. E eu não estou aqui na condição de advogada deles, porque eles terão fala, mas é muita ausência de editais, é muita ausência de políticas públicas. Temos vários grupos aqui que apresentam arte de rua. Como é que vai estar na Alfândega, nesse calor? E, mesmo assim, o pessoal vai. É para ontem! E isso é melhor para Porto Alegre, porque quem está indo para o trabalho vai conviver com a arte de rua, com todas as suas vertentes. A gente quer o livro e a leitura, com o *slam* na rua, a gente quer o teatro; a gente quer os músicos; a gente quer a dança na rua; a gente quer o circo na rua; a gente quer... E lá, nessa amostra de arte que a Unipampa fez, teve edital para cada uma das variações, todo mundo fez arte de rua. E, onde não tinha contrapartida de rua, foi oficina e escola. Não preciso dizer para vocês a alegria que foi na cidade, que estão querendo outro. E a gente destina os recursos para a Prefeitura de Porto Alegre e não sai do papel.

Então, tem temas que podem ser avançados com esse debate franco. Estou à disposição, frente ao Minc, para fazer grupo de trabalho, reunindo às 8h da manhã com Secretaria, Minc, nós, etc., para, junto com os artistas, pensar o edital, a hora que for, mas o que não dá é não andar. E aqui nós pedimos, quero pedir licença, eu sei que tem a turma do Embolamento, da cultura, do carnaval, nós pedimos esta audiência sobre a amostra de arte de rua, então, claro que o cronograma que veio é sobre a amostra de arte de rua, mas a gente quer um

debate franco com a Secretaria, para que todas saiam, para que a gente tenha esse GT, para que a gente tenha previsibilidade, para que a gente tenha condições disso chegar na cidade de Porto Alegre o quanto antes. E concluo mesmo agora, de fato, agradecendo, de novo, o Roberto, que desde o ano passado está... Ele ficou chocado quando ficou sabendo que tinham R\$ 2,8 milhões parados. Eu preciso de uma estátua da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, porque eu sou madrinha, mesmo sendo oposição ao governo, de tanto recurso que a gente mandou – é uma brincadeira, mas não é, só que não está, não chegou aos artistas. A gente precisa que chegue aos artistas, e a gente quer que chegue ontem aos artistas, porque a arte está pedindo socorro. (Palmas.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, deputada Fernanda. Antes de conceder a palavra ao Ver. Robaina, eu queria fazer uma citação ao nosso sexto membro da Comissão de Educação, nosso Ver. Jonas Reis, que tem uma cadeira cativa aqui na comissão, mesmo não fazendo parte oficialmente, mas é o nosso vereador *ad hoc* aqui, e não perde nenhuma reunião. Obrigado pela presença. Deputada Fernanda, é uma honra receber a senhora aqui, que venha mais vezes, com certeza terá espaço e voz aqui para debater. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Fleck. Bem, uma saudação aos vereadores, ao Jonas, à Juliana, ao Fleck, à Grazi e ao Gilson Padeiro. Liliana, nós estivemos lá ontem com a Fernanda. A Fernanda falou que ela é a madrinha da cultura, é um negócio incrível. Sabe, pessoal, eu não sabia, mas desconfiava: a única parlamentar, a Liliana pode me contestar se eu estiver errado, mas eu peguei essa informação, a única deputada que entregou emendas para a cultura foi a Fernanda – a única! Depois, tem o Paim, como senador, pelo menos foi a informação que nós recebemos lá. E sabe por que eu digo isso? Porque a reunião...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não foi a informação que eu tive ontem, depois, é bom socializar com todo mundo: quem é que mandou emendas, que emendas que não estão sendo executadas, porque eu fiquei chocado com o fato de que não estão sendo executadas as emendas da Fernanda. Nós tivemos uma reunião, em outubro, eu acho, foi em outubro, na Comissão de Finanças, para discutir isso, no ano passado, o mesmo tema, era o tema de todas as emendas da Fernanda. E a reunião que nós tivemos ontem foi muito boa, porque a secretária tem um mérito – eu acho que é importante, pelo menos eu vi isso em várias reuniões, na reunião de ontem também – que é a humildade. Humildade não é subserviência. Humildade é saber valorizar o outro, ver se o argumento é justo e, se o argumento é justo, reconhecer que o argumento é justo, porque uma pessoa soberba nunca dá razão para o outro. A pessoa soberba, em geral, fica contestando. E eu digo isso, Liliana, pelo seguinte: tu nos apresentaste a ideia do plano de trabalho de vocês, eu falei com o Hamilton sobre isso, a Fernanda foi a primeira pessoa com quem a gente conversou, com a Tânia. É óbvio que, se a gente olha o plano de trabalho, a primeira reação do Hamilton foi dizer que isso demora muito – foi por WhatsApp, porque agora é tudo por WhatsApp. Eu ainda disse para o Hamilton: “Não, se for feito, tudo bem”. E o Hamilton disse assim: “É verdade”. Por que eu estou dizendo isto: se for feito, tudo bem? Porque eu estou partindo da premissa – exatamente a premissa que tu partiste, Liliana – que eu quero apresentar algo para fazer, então, para que seja feito. Eu confesso que eu não sou muito diplomático, a intervenção do Breno me estranhou um pouco, para ser sincero, vou dizer o porquê. Porque a Fernanda – depois, eu quero saber quantos outros parlamentares entregam recursos para a cultura – não é de agora que ela está à disposição para garantir que o Município tenha as verbas. A Fernanda, no Congresso, tem um assessor parlamentar que conhece tudo de emenda – tudo de emenda! Eu não tenho a menor dúvida que a Fernanda faria com que o seu assessor parlamentar, que

mora em Brasília, que já trabalhou com o Chico Alencar, que é mais antigo na Câmara dos Deputados, mais que a Fernanda, já está lá uns 30 anos... Ela viria com o Isaac, aqui em Porto Alegre, ajudar a Secretaria. Nunca foi chamada! Então, se vocês tiveram dificuldades, vocês deviam pedir socorro, porque a Secretaria da Cultura está desmontada. Então, quando é um representante da Secretaria da Cultura a reclamar, a primeira coisa que ele tem que reclamar, se ele quer ser honesto intelectualmente, é com o desmonte da Secretaria da Cultura. E a tua fala me espantou um pouco, tu falaste da burocracia das emendas federais! Sim, a gente sabe que tem. Mas, apesar de ter a burocracia das emendas federais, a Fernanda tem uma série de emendas que estão sendo executadas, apesar da burocracia. Por quê? Porque foi gente que foi atrás. E a Fernanda está o tempo inteiro à disposição. Então, vocês têm que fazer com que as emendas... Por que eu não gostei muito? Porque o teu tipo de fala, junto com um cronograma, pode ser o argumento: “Ah, não deu, porque era muito difícil”. E nós não aceitamos o “não deu porque era muito difícil”. Não aceitamos mais, pelo menos! Porque nós temos que ter uma relação honesta entre nós, porque, do contrário, nós vamos fazer... E eu falei para a Liliana, nós não estamos... Melo, nós não estamos... Olha, nós estamos fazendo pouca política em relação a isso, porque eu estou de vereador desde 2016, e olhem que o Marchezan atacou a cultura, mas, às vezes, tem uma forma de atacar que é assim, não é um ataque no discurso, é deixar à míngua, é não contratar, é não fazer as coisas acontecerem – isso também é uma forma de atacar, talvez até mais cruel. Porque tu fazes o discurso de que tu dá bola e, na verdade, estás matando a cultura. Então, eu digo que nós não estamos aproveitando politicamente, e o que eu quero dizer com aproveitar politicamente? Nós temos provas de que o governo não está dando bola para a cultura, e as emendas da Fernanda são a maior prova disso, porque é realmente uma vergonha. Então, eu acho que, nesse caso, teria que começar reconhecendo isso. A Liliana reconheceu. Porque se nós temos divergência nisso, é importante, por que é que tem importância se nós temos divergência? Porque não adianta, e foste tu que preparaste o cronograma, que tu mesmo falaste, eu quero ter certeza que esse cronograma é para valer;

então, eu posso entender que tem dificuldades, mas eu quero o compromisso público – nós estamos numa comissão – de que esse cronograma será cumprido. E aí, bem, nós vamos sair daqui não muito felizes, porque não dá para ter muita felicidade, mas pelo menos sabendo que algum compromisso se tem – esse é o ponto. Porque, Fleck, tu sabes disso, tu sabes que a gente podia ficar agitando, nós não queremos ficar agitando que o governo faz ou não faz, nós queremos simplesmente que esse recurso vá a quem é destinado, porque as pessoas estão, como o Hamilton falou, tem uma parte da cultura que está à míngua, e não é possível isso. É simples. E aí, termino dizendo o seguinte, é incrível, porque na emenda da Fernanda, Gilson Padeiro, a emenda da Fernanda prevê que, além do mais, tu possas utilizar esse recurso para operar, para executar, para planejar. Então, não é que tu tenhas que gastar todo o dinheiro na ponta; não, tu podes também gastar o dinheiro contratando gente para produzir. Então, o Padeiro sabe disso, não é possível, quando não tem dinheiro, tu não consegues resolver cancha nenhuma, problema nenhum no Lami. Agora, com o dinheiro na mão, tu resolves. É só isso, Liliana. Esse é o nosso ponto. Eu te digo sinceramente, porque a nossa conversa de ontem foi muito boa, porque eu sei que tu estás te esforçando, e o nosso interesse é que as coisas aconteçam, não é politizar no sentido de fazer confronto em relação ao problema, é fazer com que esse recurso...

(Manifestação fora do microfone.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Tudo bem, sim. Bem, eu nisso... Digamos que é a parte que eu mais conheço, mas eu, às vezes, gosto de resolver sem confrontar, porque eu prefiro que o assunto seja resolvido dessa forma, se ele for para ser resolvido. O Hamilton me conhece, nós somos do tempo do Julinho – entendeu? –, de 1974, então nós já militamos há muito tempo juntos para saber que tem que brigar. Está ali o outro Hamilton também, Hamilton Leite, ali, o pai do Celso, o pai do Celso. Então, Fleck, esse é o encaminhamento, é

que a comissão fiscalize para que essas emendas possam chegar nos artistas. Obrigado, Fleck.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Robaina. Eu vou disponibilizar, então, a palavra para Mariana Martinez, representante do Ministério da Cultura. A senhora tem cinco minutos, pode ser?

SRA. MARIANA MARTINEZ: Pode. Então, boa tarde. Boa tarde a todos e todas. Eu sou Mariana Martinez, estou coordenadora do Escritório Estadual do Ministério da Cultura. Queria agradecer, Presidente Fleck, vereadores e vereadoras, Ver. Jonas, Ver.^a Juliana, Grazi e Robaina, por oportunizar esse debate importante sobre os investimentos para a cultura para o Município de Porto Alegre, deputada Melchionna, também, sempre à frente de tantas pautas importantes para a área cultural e investimentos também importantes, que eu queria, daí, aqui, garantir também toda a disponibilidade do Ministério da Cultura, tanto para com a deputada, que mantém contato sistemático, como também para com a Prefeitura, que secretária Liliana, saúdo-a, assim como todos os servidores, temos um diálogo sistemático também para que a gente realize essa força-tarefa. No momento, são convênios com o ente federado, então, pela lei, é preciso, para o desembolso, garantir a execução, subir no sistema a comprovação da aprovação das licitações, das contratações. Por isso que, aprovada a parte da execução, o Ministério realiza o desembolso, esse recurso está garantido, empenhado, foi analisado. Também, assim como a deputada Fernanda trouxe, até 31 de dezembro, não é o caso dessas emendas, mas a gente estava em força-tarefa constante para garantir a execução e o empenho das emendas destinadas através do Ministério da Cultura. Quero dizer que, justamente, são recursos essenciais para esse novo tempo, onde a cultura é centralidade desse projeto de desenvolvimento sustentável, de reconstrução da cidade, até 2027, o Ministério da Cultura, através do fomento direto da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc, está repassando à Prefeitura de Porto Alegre mais de R\$ 54 milhões, anualmente. Então, agora, a Prefeitura está

executando os recursos da Política Nacional Aldir Blanc. Durante o período da tragédia, e queria cumprimentar aqui a comunidade cultural, estivemos também em diálogo e liberamos recursos extraordinários, então, mais de 2.196 agentes culturais de Porto Alegre receberam uma bolsa do Ministério da Cultura, no ano passado, de R\$ 4.500,00, mais o edital da Funarte, edital para espaços atingidos, pontos de cultura, espaços comunitários como o do *hip-hop*, justamente para a gente entender que essa parceria entre os entes federados em apoio ao setor cultural é o caminho certo de reconstrução das nossas cidades, em especial do nosso País e de Porto Alegre, que foi tão atingida. Então, contem com o nosso trabalho, com o escritório também, dia e noite, sem horário. Quero cumprimentar também o Conselho Municipal de Cultura, que a gente também está em constante diálogo, para garantir e desempenhar qualquer dificuldade, seja de comunicação, a gente também coloca o escritório à disposição para fazer essa conexão. A gente tem uma assessoria parlamentar, a Aspar, que realiza também todo esse diálogo, para garantir que esse recurso seja na ponta e seja mais um elemento de apoio à comunidade cultural aqui da cidade, cada vez mais estruturada, com mais investimentos, mas vai mostrando que precisamos avançar ainda mais e garantir, em parceria com a Prefeitura, em parceria com o Governo do Estado, o Governo Federal e a Câmara Federal, executar todos os investimentos e ampliar para esse setor tão importante para o nosso desenvolvimento. Obrigada e fico à disposição.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Mariana. Eu vou passar, então, a palavra para a Patrícia, representante do Conselho Municipal de Cultura, e também na nossa querida Hebraica.

SRA. PATRÍCIA SACCHET: Boa tarde. Queria saudar, então, o presidente Fleck, a Juliana, o Ver. Gilson também, a Grazi, o Jonas, e a secretária Liliana também, o Breno, e também a deputada Fernanda, o Robaina, a Mari e também minhas colegas aqui.

Então, como Conselho Municipal de Cultura, estou representando a diretiva, uma diretiva que vem já também há mais tempo, que é a Presidente Rozane Dal Sasso, uma primeira presidente mulher. Somos quatro mulheres nessa diretiva, pela primeira vez. E queria saudar também a secretária Liliana, como uma conselheira que é, que já vem do Conselho Municipal de Cultura antes de ser interina, como secretária, e antes de ser empossada. Então, isso mostra que, sim, existe um grande diálogo, um diálogo importante do Conselho Municipal de Cultura com a secretária, e uma boa vontade e uma escuta importante. Sempre existiu isso. Mas também existem as pautas recorrentes. Eu acho que esse é um ponto que a gente não pode passar por cima. Porque, infelizmente, com a secretária Márcia Cavalcante, que também tem emendas por fazer, ela diz que a nossa ata das reuniões ordinárias do Conselho, elas podem fazer, em alguns pontos, um copia e cola. E esses pontos têm a ver com verbas da cultura. A gente tem 0,36% do orçamento municipal, e isso é inaceitável para uma área que tanto dá retorno, fora o retorno simbólico da potência da arte e da cultura, que a gente não precisa dizer aqui, porque a gente tem um foco, mas a questão do que a gente dá como retorno econômico, de fato. Esqueci de me apresentar. Eu sou também artista, sou palhaça há 24 anos, com o meu companheiro Guilherme Comelli, Companhia Ondina & Tufoni, e também estou na gestão do Teatro Hebraica. Sei por isso também o problema dos espaços da prefeitura e tudo mais.

Mas vamos ao foco. A questão dos funcionários, das contratações, dos concursos públicos que precisam acontecer na área da cultura. Isso é falado desde quando entramos em 2022, mas é falado antes da gestão anterior do Conselho, que foi com o Luciano Fernandes, e o Hamilton também estava, e Letícia Fagundes, que está nessa diretiva, também estava, e essa é uma luta constante anterior a eles, mas continuou com eles, que se prorrogou dois mandatos por causa de uma pandemia.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. PATRÍCIA SACCHET: Exato, 1996, século passado. Então, assim, isso é uma pauta recorrente e que é um copia e cola, como a gente estava falando. Então, com essa questão dos funcionários, não tem como fazer milagre.

Eu tenho uma outra questão que eu me dei conta agora, ouvindo a deputada falar, e é uma coisa que também é batida o tempo todo, que é a questão da comunicação da Prefeitura e a comunicação da cultura em todos os âmbitos, seja na questão da publicização das questões, da comunicação que deve passar pelo Conselho – muitas coisas que a gente também pode, a gente acaba sabendo depois, quando isso acaba sendo publicado -, e também agora com essa questão das emendas. As emendas também estão sendo recorrentes. Tem todos os conselheiros ligados às emendas, sempre em toda reunião ordinária é colocado, e também nas reuniões com a secretária é colocado. Então, não é possível isso. A gente não pode considerar que o poder público municipal, que o gestor principal do Município, o prefeito Sebastião Melo, considere a cultura importante quando ele tem esse orçamento e quando ele tem esse sucateamento, que a gente fique esperando mais Brenos, mais Airton Tomazzoni, mais Cláudias, mais Dani Mazilli, porque, senão, não há como fazer.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Um minuto.

SRA. PATRÍCIA SACCHET: Então, era isso que eu queria colocar. Vou deixar mais para os colegas trazerem aí os seus pontos. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Antes de passar, então, a palavra para a Tânia Farias, eu queria citar aqui a presença da Casa do Hip-Hop Rubem Berta e informar que as inscrições estão abertas. Gabriel, levanta a mão aí. Vamos fazer um bloco de cinco inscrições sobre o tema emendas parlamentares para Mostra de Arte da Rua, que é o tema hoje aqui da CECE. Qualquer outra pauta, a gente pode tratar outro dia, mas vamos tentar nos focar aqui no tema para tentar resolver essa demanda. Obrigado. A Sra. Tânia Farias está com a palavra.

SRA. TÂNIA FARIAS: Obrigada. Vocês estão me ouvindo? Eu queria primeiro agradecer o espaço, a gente fala bastante que essa deveria ser a nossa casa, E não é sempre que a gente tem o espaço para colocar as nossas questões em pauta e poder ser ouvido. Então, a gente vindo para cá e ocupando esse espaço é nesse momento que ele se torna a nossa casa. Então, eu quero agradecer a quem facilita que isso aconteça diante, às vezes, de tanta dificuldade. Quero agradecer profundamente a presença da Liliana, porque eu também já vim a muita reunião em que o secretário não apareceu, e, não à toa, tu, Liliana, a primeira mulher preta secretária da Secretaria de Cultura dessa cidade, estás aqui. Então, me arrepiei, fico feliz. Como eu disse na nossa última reunião, eu gostaria muito de te aclamar a melhor secretária dessa cidade. Gostaria muito. Isso, para mim, diria muita coisa, apesar de ser oposição ao governo Melo, apesar de não concordar com a política do Melo, mas eu queria me colocar aqui, neste lugar. Tenho certeza de que não vou falar nada, não é uma coisa de pessoalizar, porque não é esta secretaria, mas é este conjunto de ideias que vêm desmontando a cultura ano a ano. A gente viu tudo que foi o governo do Marchezan, a terra arrasada que o Marchezan deixou, só que o Melo continuou detonando isso tudo. E, não à toa, eu tive uma reunião com o Breno, junto com o Hamilton, e depois ouvi outra pessoa de outro lugar falar a mesma coisa, a pessoa que não conseguia executar a emenda disse que estava sozinha, e eu lembrei que o Breno disse que estava sozinho. Então, na verdade, essa fala da Patrícia Sacchet vai muito em direção ao que eu queria dizer. Não é possível nenhuma política pública para a cultura se a Secretaria de Cultura está em processo de desmonte. Quando não há funcionários, isso significa desmonte, quando não há técnicos de cultura, porque não há concursos públicos para técnico de cultura, significa que, por mais boa vontade que a secretária tenha, as coisas não vão acontecer. Porque, por mais difícil que seja a burocracia das emendas, as pessoas executam emendas, então, é possível executar emendas. Essa é a questão. As pessoas executam emendas, então, isso significa que a Prefeitura de uma capital brasileira tem que conseguir executar uma emenda! E, na minha conversa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. TÂNIA FARIAS: Não, claro que não. Na nossa conversa com a Liliana, a primeira coisa que ela disse é que isso é um absurdo, Breno. Isso é um absurdo, porque podiam ter sido executadas. E, como eu tive, junto com a Hamilton... Porque a gente batalha as granas para fazer esses eventos que são de arte de rua, de arte pública, que é ocupar o espaço da rua com as artes, a gente tem, juntos, tentado levantar recurso. Como não há políticas públicas, e não há no Estado também... Porque a gente tem visto, nos últimos anos, que as únicas coisas que acontecem são essas dos recursos feitos através das leis que foram organizadas, gestadas, batalhadas por nós. A Lei Aldir Blanc foi organizada e a militância foi do Oiapoque ao Chuí de trabalhadores da cultura. Não foi só porque os parlamentares são legais, foi porque eles foram instigados: “Olha só, nós precisamos. Estamos em plena pandemia e não há o que fazer”. Por isso, nós temos hoje uma política pública chamada Lei Aldir Blanc 2. E não é muito diferente à Lei Paulo Gustavo. E, quando a gente vai pensar no FAC, cadê o dinheiro do FAC? A gente vive perguntando isso toda vez que se reúne. Que é o dinheiro que o Estado colocaria para nós. Para nós esse seria o recurso, ele não acontece. Há muito tempo a gente não tem esses recursos investidos para a política pública na cultura. Tanto que me animou muito ouvir a Liliane falar que o Fumproarte há de ser de novo o que ele era. Porque, nos últimos tempos, a gente viu (Palmas.)

SRA. LILIANA CARDOSO: O Fumproarte vai voltar ao que era diante da sua criação, de 1993, como produção artística e cultural, fruição cultural. Posso gramar, posso demorar, mas eu não me vergo. Então, o Fumproarte vai voltar a fazer essa produção cultural para o que ele nasceu. É isso.

SRA. TÂNIA FARIAS: A gente precisava ter o Fumproarte funcionando, porque a gente não tem uma única circulação pela cidade com política pública do

município. A gente não tem nenhum fomento à produção de novos trabalhos. Eu tenho certeza que isso é na música, no teatro, na dança, na literatura, em todos os setores. Então, na verdade, a gente está falando aqui que, quando a gente consegue reunir forças, batalhar junto a um parlamentar ou a um vereador, um recurso, a gente está garantindo que algo vai acontecer para os trabalhadores das artes. Aquele cachezinho pode parecer pouco para muita gente, mas, às vezes, é de salva. Quando a gente pediu que a amostra acontecesse, logo que a gente se recuperou – não se recuperou ainda, talvez vai demorar muito tempo, mas vou usar esse termo –, a gente estava botando a cabeça para fora da água, da enchente, e pediu para fazer agora. A gente reuniu várias vezes com o coordenador de artes cênicas anterior. Ele nunca disse que era difícil e que não ia realizar, porque era muito difícil, mas não realizou. Então, o Breno, pelo menos, tem a honestidade de dizer que acha muito difícil e que é por isso que não foi realizado até agora. Eu só acho que a gente tem muitas coisas para tratar, se nós fôssemos tratar da questão da ausência de políticas públicas para a cidade de Porto Alegre. Mas também quero dizer que estou esperando com a Liliane, porque acredito que ela tem força para meter o pé na porta e dizer: “Olha só eu não posso deixar. Eu sou secretária de Cultura e não posso deixar trabalhadoras e trabalhadores sem condições de trabalho”. Então, quero dizer isso, publicamente, não numa sala contigo. Quero esperar contigo. Mas tenho certeza de que a cultura de uma cidade, capital do Rio Grande do Sul, no Brasil, que é Porto Alegre, que é uma instituição cultural imensa e significativa, com certeza tem condições de realizar a execução de uma emenda parlamentar. E, se não tem, temos que descobrir por que não tem. Porque está em desmanche a secretaria, e nós precisamos estancar esse desmanche e fazer concursos públicos e chamar as pessoas. Enfim, gostaria de dizer isso.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Tânia. Vou passar para a nossa vice-presidente. A Ver.^a Juliana está com a palavra.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, presidente. Boa tarde, meus colegas vereadores, Ver.^a Grazi. Boa tarde à nossa deputada, Fernanda; ao meu colega proponente, Ver. Robaina. Especialmente uma boa tarde aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, aos nossos artistas da cidade Tânia; Patrícia; Mari, que representam o governo federal, mas que também é uma lutadora da cultura na nossa cidade. E também quero agradecer a presença da nossa secretária, que, desde a nossa primeira reunião, também mobilizou em mim, uma esperança de que a gente possa reposicionar a cultura de Porto Alegre no projeto de desenvolvimento nesse momento de reconstrução da nossa cidade.

Acho que a primeira questão que eu queria registrar aqui, secretária, é que muito me choca ouvir o relato da nossa deputada de recursos que poderiam estar fazendo a diferença na nossa cidade e que estão parados em um contexto que foi apresentado, inclusive, por ti, na nossa primeira reunião, em que nós temos R\$ 46 milhões apenas na LOA desse ano para a cultura. E que, portanto, isso englobando tudo, políticas, pessoal, esse é o recurso que nós temos. Porque, Hamilton, nós fomos derrotados na eleição e o projeto vitorioso não colocou a cultura no orçamento como a gente queria. Então, a batalha que nós teremos será uma batalha para buscar recursos para poder viabilizar tudo aquilo que tu apresentaste naquele nosso primeiro encontro como intenção da Secretaria da Cultura. Porque o orçamento próprio, que é a atual gestão que o governo Mello visualiza disponibilizar para a área da cultura, não dá conta de todos esses desafios que tu bem apresentaste. Mas eu acho que o mais importante aqui que eu queria destacar é que eu acredito que há um sentimento também de esperança de que é possível construir uma relação de parceria com a sua gestão, secretária, para que possamos, juntos, destravar o que hoje está travado e buscar mais recursos para assegurar as políticas que são estratégicas. Porque nós estamos falando aqui de uma área que deveria, sim, estar no centro do desenvolvimento de Porto Alegre. Porque, quando estamos falando do carnaval, do *hip-hop*, da arte de rua, das artes cênicas, das artes visuais, nós estamos falando de tudo aquilo que pode movimentar uma cadeia produtiva que fica,

muitas vezes, silenciada, apagada, que ninguém fala, mas que gera renda, que gera trabalho, que movimenta a economia da nossa cidade. Nós falamos sobre isso naquele dia. Então, aqui, eu acho que nós temos a condição de movimentar uma parceria, muito mais do que apontar dedo. Nós queremos movimentar uma parceria para avançar sobre isso.

Eu falei há poucos dias aqui em uma reunião para outro secretário deste governo, ao qual eu sou posição, que nós queremos ver as políticas acontecendo na ponta. O secretário André Machado, com quem estabeleço uma relação de parceria muito significativa para avançar numa luta estratégica, que é a luta pela moradia. E acredito que, na cultura, nós também podemos fazer isso contigo. E acho que a cidade exige, os artistas exigem isso. Então, para que possamos reestruturar os nossos fundos que foram destruídos, para que possamos reestruturar essa secretaria que está em um processo de desmonte vertiginoso e que precisa, precisa ter recursos humanos, precisa ter as condições para funcionar e construir as políticas públicas na área da cultura. Então, quando a gente fala aqui de concurso, estamos falando, inclusive, de áreas que já chegaram a ter 23 profissionais e que hoje têm apenas um. Eu conversava esses dias com a minha amiga Vera Pellin, que já foi também gestora da cultura nesta cidade e que me apresentou várias áreas que hoje tem um estagiário. Um estagiário. Então, é nessa condição que não vamos conseguir construir as políticas públicas. Por isso que precisamos de parceria para avançar. Então, sobre esse tema, quero dizer que nós somos parceiras, o nosso mandato é parceiro. A luta pela cultura é fundamental para a gente, e eu tenho certeza de que os recursos que o mandato da deputada Fernanda disponibilizou para Porto Alegre, com a parceria do Ver. Robaina, vão fazer a diferença. A gente precisa conseguir destravar, porque todas as secretarias executam emendas; a Secretaria da Cultura também precisa construir essas condições, e acho que há uma boa parceria com o mandato da deputada para fazer isso.

Para finalizar, presidente, quero só usar 30 segundos para fazer aqui um pedido neste dia, que é mais um dia de calor extremo na nossa cidade. Eu vim para cá – até cheguei um pouco depois, porque eu estava em uma escola – e está

chegando muita denúncia, gente, de que nós temos professores e estudantes em salas de aula com 40° C, 43° C de temperatura, e nós não podemos não fazer nada enquanto Comissão de Educação. Então, presidente, queria propor que a gente faça um requerimento desta comissão para que a gente possa ter uma alteração da carga horária em dias de calor extremo, incluindo os dois turnos: turno da manhã e da tarde, durante o turno da manhã. Faríamos, então, meio turno para cada turno, a gente pode fazer das 8h às 10h e das 10h às 12h, viabilizando uma condição mínima de maior dignidade, porque é insalubre trabalhar em uma sala de aula com 30 crianças a 39°C, 40°C, 43°C. Então, o que a gente pode fazer pela Comissão de Educação é um requerimento, encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação e avançar, porque ondas de calor, infelizmente, teremos outras, porque o contexto é de emergência climática. Muito obrigada. Boa tarde.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Juliana. Gostaria de citar a Luciana Fagundes, representando a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

De pronto, passo a palavra para a Ver.^a Grazi Oliveira.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde a todas as pessoas que trabalham com a cultura, que fazem arte e que nos encantam, alimentando a nossa mente. Acho que é importante destacar isso e, para mim, é fundamental. Quero saudar nossa deputada Fernanda Melchionna, os companheiros, os colegas vereadores e vereadoras, assim como o governo, representado pela secretária, e os companheiros de luta dos movimentos sociais e dos movimentos culturais, principalmente, que estão aí nessa batalha em relação às emendas.

É chocante ouvir um pouco do relato, tanto do governo, com as dificuldades dos entraves em relação ao desbloqueio burocrático, em relação ao acesso às demandas que estão voltadas às emendas. Assustador, na verdade, porque entendo que é o momento de respiro para a Secretaria da Cultura poder fazer ações e não conseguir, automaticamente, direto na ponta, fazer com que quem

está lá, fazendo a arte, trabalhando com a arte, e não conseguir dar conta do seu trabalho porque não tem recursos, torna-se cada vez mais complicado.

Eu me sinto satisfeita e contemplada pela maioria das falas, mas eu queria fazer aqui só uma reflexão rápida do quanto nós estamos pagando um preço muito alto quando a gente tem a destruição da pasta da Cultura. E a gente não pode esquecer que nós tivemos quatro anos de um governo que destruiu com o Ministério da Cultura, que deixou de existir o Ministério da Cultura no nosso País. Nós não podemos esquecer que nós tivemos, no nosso País, um governo que não acredita que a cultura é um lugar em que a gente tenha, de fato, que investir, que saudar, que valorizar, porque não acha e entende que não é importante. Nós tivemos um governo bolsonarista que destruiu com a cultura, com a política de cultura do nosso País.

Então, quando eu escuto a Fernanda Melchionna trazer o relato de que, desde 2021, nós temos em Porto Alegre emendas que poderiam estar sendo executadas, tem muita relação com isso. Nós não podemos esquecer de que vivemos um processo de desmonte. Mais apavorada fico – porque aqui nos bastidores, nós estávamos comentando sobre a questão do concurso público dos trabalhadores da cultura – em saber que, desde 1996, não há concurso para a cultura de Porto Alegre. É impossível a gente discutir, trazer o tema da qualidade da cultura como uma pauta com seriedade para a população num espaço como este, que é a Casa do Povo... E a gente está defendendo isso todos os dias aqui. Tu não tens noção do quanto a gente quer, de fato, que o povo se sinta não só representado, mas que as coisas possam, de fato, andar. Esse é o primeiro elemento que eu queria trazer em relação ao processo histórico que vivemos de desmonte. E a gente tem aí um trabalho, uma responsabilidade de retomar isso. E nós vamos ter que tensionar. Eu acho que tenho acordo com o companheiro: se não der no amor, nós vamos na dor. Não tem outra história. Esse é o caminho. (Palmas.) Se nós não conseguirmos, na construção coletiva, no diálogo – e é diálogo efetivo, aquele que tu tens retorno, aquele que tu consegues ver a ação acontecer –, nós vamos ter que ir para a

dor. Porque é isso. Nós sabemos que a força de trabalho é a fonte de trabalho dos nossos artistas, dos produtores culturais e assim por diante.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Exato. E, na verdade, quando tu trazes a questão da pandemia e a questão da enchente, nós sabemos muito bem. Quem vive da arte, quem depende da arte sabe muito bem o que teve que enfrentar durante esse processo. E é por isso que eu concluo essa reflexão. Eu até anotei que a cultura, para mim, salva vidas. A cultura, para mim, foi essencial. Eu sempre digo que, hoje, se eu estou aqui como vereadora, tem muita responsabilidade do quanto a cultura foi importante na minha vida. E acho que temos que reconhecer isso. As pessoas de Porto Alegre, o que são hoje os nossos moradores da cidade pós-enchente? Nós estamos perdendo tudo. Não são só as memórias, as lembranças, a nossa casa, a dignidade; nós também estamos perdendo o afeto, o amor, a troca. E a cultura tem esse papel, a arte tem esse papel de alimentar as nossas mentes. Então, a Secretaria da Cultura tem esse papel. Ela pode não dar o concreto, que é a habitação, a comida, mas ela dá aquilo que é muito mais do que o concreto, e que é o que nos torna, abstratamente, gente: trabalhar com as nossas emoções, trabalhar com a nossa mente.

Eu queria muito propor que a nossa representante do Ministério da Cultura, que a gente pudesse sair daqui com o encaminhamento de uma reunião conjunta, com a representação aqui da CECE, do Ministério da Cultura, da Secretaria, para vermos o que podemos estar fazendo para destravar o que está travado. Qual é o problema? Então, vamos lá no problema. O que podemos fazer para ajudar? Acho que precisamos resolver isso. Entendo que tem uma questão de organização da Secretaria, entendo todo o processo. A Liliane já esteve aqui, já falou que está chegando na pasta, mas a gente sabe que tem pressa, nós temos pressa, e nós precisamos resolver isso.

Eu queria pedir licença nos meus últimos minutos para falar de duas coisas rápidas, mas que não podiam deixar de passar hoje, porque, senão, a gente vai ter CECE só daqui a 15 dias. A primeira é a Carnalopo. Eu queria interceder aqui com a secretária da Cultura para entender qual é a dificuldade de liberar a Rua Lopo Gonçalves para o carnaval. É importante dizer que, culturalmente, isso vem acontecendo, e a gente precisa muito da ajuda da Secretaria da Cultura. No momento em que o povo quer ir para a rua, ser feliz, é carnaval, e, infelizmente, há um impeditivo. Eu queria pedir a intercessão, secretária, sobre o espaço da Rua Lopo Gonçalves ser liberado para o Carnaval acontecer. Não está sendo liberado. Eles não estão conseguindo a liberação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Não, é a Prefeitura. A vizinhança é a mesma vizinhança que foi atingida pela enchente, que também é tomada por comércios, que também perdeu tudo. Um carnaval na Rua Lopo, gente, eu não vou nem precisar botar em números aqui o que seria de recursos. Infelizmente, nós estamos num movimento...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Foi negado. Num primeiro momento está parado, porque eles não estão liberando a rua para fazer a festa. E a segunda e última, não quero me estender e quero fazer o pedido para o Ministério da Cultura. Eu estive acompanhando a visita da nossa secretária de Cultura nas escolas de samba que foram atingidas pela enchente. Carnaval é daqui a 15 dias, e não entrou nem um recurso para ajudar as escolas que perderam tudo com as enchentes. Então eu queria pedir, tirando os recursos do Município...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Estou falando federal, Ministério da Cultura, secretária. Então, eu queria pedir encarecidamente que aquilo que foi combinado com a ministra da Cultura, com as escolas de samba que perderam tudo, que foram atingidas pela enchente, que o recurso federal possa vir. Presidentes já me relataram que já mandaram a documentação necessária, já fizeram toda a parte burocrática, mas, até o presente momento, nada de retorno de recurso financeiro. Obrigada.

SRA. MARIANA MARTINEZ: Posso fazer um aparte na situação?

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Pode.

SRA. MARIANA MARTINEZ: Não, com certeza, novamente, Ver.^a Grazi, a gente fica à disposição para essa reunião. Só queria reafirmar que a situação dos convênios, que são os termos de convênio, o processo de execução, que é o necessário para o desembolso, eles se encontram em elaboração. Então, na verdade, a gente realiza a reunião, realiza com as partes, mas, de fato, os processos estão com a Prefeitura e a Prefeitura precisa apresentar.

SR. BRENO KETZER SAUL: Mas o Ministério só aprova uma vez, então eu não posso fazer preparação, eu não posso contratar preparação. Esse é um problema, tá?

SRA. MARIANA MARTINEZ: Tá, mas vocês vão apresentar ali as aprovações do processo de execução e daí que vai ter os novos passos desse convênio, que seria o desembolso. Mas a gente fica à disposição, sim, vereadora, e com a Prefeitura, para reunir, e depois também, inclusive, de somar com assistência técnica, de alguma forma, no que a gente possa ajudar para esses valores seguirem e chegarem na ponta.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Mariana, eu vou pedir para concluir.

SRA. MARIANA MARTINEZ: Tá, vou concluir só a questão das escolas de samba que a vereadora trouxe.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Só quero pedir uma gentileza, como tem vereadores, vamos respeitar a fala deles e depois eu retorno para vocês. Pode ser?

SRA. MARIANA MARTINEZ: Ah, entendi. Então, eu respondo às escolas de samba depois.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde a todos. Quero fazer uma saudação ao nosso presidente Rafael Fleck; à Juliana, vice-presidente; à colega Grazi; ao amigo Robaina; à deputada federal Fernanda e ao meu amigo Jonas, que está aqui do lado. Quero falar para vocês também aqui, a Liliana Cardoso, que é uma referência na cultura do nosso Município, do nosso Estado, e, cumprimentando-a, cumprimento toda a Mesa. Também quero deixar um abraço a cada um de vocês aqui, que vêm nesta tarde quente acompanhar esta comissão. E deixar um abraço aos nossos representantes da cultura gaúcha que se encontram no Extremo-Sul de Porto Alegre. Gente, eu sou um vereador que moro no Extremo-Sul de Porto Alegre, onde sempre demora muito para chegar lá. Cultura também demora. Eu brigo por emenda para a saúde, para a educação, para serviço, para ter o pagode de rua, para ter o carnaval. Até depois eu quero te fazer um pedido, mas a gente não pode, secretária, a gente não pode ter recurso do governo federal e não poder usar esse recurso. Agora, eu ouvi a fala aí, recurso de 2021. Nós estamos em 2025 e a gente precisa, precisa usar esse recurso para quê? Para esse pessoal que está aqui. Esses recursos vão

movimentar toda a economia da cidade para esse pessoal aqui, que são os profissionais que mais precisam. Então, eu ouvi as falas atentamente de todos, foram muito importantes, e eu me somo a essas falas aí. Parabéns, Robaina, pela pauta, que é muito importante. Essa é a minha contribuição. Eu quero aqui aproveitar e te fazer um pedido, secretária. Extremo-Sul de Porto Alegre, eu estava vendo que o carnaval descentralizado não vai ter em Belém e no Lami. Volto aqui, ano passado já teve, volto a pedir para que isso aconteça, que enxergue o Extremo-Sul de Porto Alegre, que tem 37% do tamanho da cidade, naquela região ali em área. E ali tem muita gente que gosta desse tipo de cultura e é onde também acaba fomentando a economia da região. Um abraço a todos e obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Gilson Padeiro. Antes de começar a chamar os inscritos, eu queria referir ali uma fala da Tânia, que eu, como presidente desta comissão, de pronto, a partir do momento que tive conhecimento da demanda da deputada e a demanda do Ver. Robaina, eu deixei, inclusive, que escolhessem a data, porque era a data também que nós teríamos que ter aqui a presença da nossa deputada. Então, eu quero dizer para vocês que podem contar com este presidente. A gente tem sido democrático, na maioria das vezes, aqui. A gente consegue resolver os problemas, encaminhar os problemas, e não tem filtro de demanda, não tem filtro nem ideologia de demanda aqui, pelo menos na minha presidência e com os integrantes desta comissão. Vou chamar o Marcelo Restori, representante do Teatro da Crueldade. Vou pedir que se atente ao tema: emendas parlamentares para a Mostra de Arte de Rua.

SR. MARCELO RESTORI DA CUNHA: Boa tarde. Eu sou artista, Marcelo Restori, do Teatro da Crueldade, já não sei mais há quantos anos sou artista de Porto Alegre. Eu tinha orgulho em dizer que era um artista de Porto Alegre, porque onde a gente andava pelo mundo, a nossa arte era referência, neste País e fora dele. Mas há muito tempo a gente não produz mais nessa potência, e não

é porque os artistas perderam o seu talento, é porque nós não temos mais como sobreviver. Nós também somos trabalhadores, somos pais de família e temos que pagar a escola dos nossos filhos, e está difícil. Se a gente não fizer uma mágica e uns bicos em outras profissões, porque aquela, a qual nós nos dedicamos à vida, já não nos sustenta. Aí, voltando à questão da secretária, eu conheço a secretária e acredito que ela tenha essa boa vontade e tenha realmente a vontade de ter um Fumproarte como já foi. Eu conheço o Breno e sei que ele tem uma boa vontade de fazer as coisas, mas eu não acredito. Não acredito por dois motivos, porque a equação da realidade não fecha, porque aquele Fumproarte que sustentava boa parte da produção cultural desta cidade, para o secretário da Fazenda, que está aqui, era 2% de orçamento na cultura. Com esse orçamento, não vai ter aquele Fumproarte. É loucura. Eu seria louco se eu acreditasse nisso. E o Breno, como colocou bem, e para mim está ali o problema da Prefeitura, por que o orçamento da mãe da Dandara não vai chegar em nós. Porque, depois que a gente é pai e mãe, a gente perde o nome próprio, não é? O Breno disse o porquê. É histórico. Não há técnico na Prefeitura capaz de conveniar. Não há. Há uma incompetência de anos. Então, há uma equação que não vai ser fechada. Primeiro, não temos orçamento e não temos gente capacitada para equação. Eu fiz, no final do ano passado, uma apresentação de Natal em Fortaleza dos Valos. Alguém conhece Fortaleza dos Valos? Conhece? Sabe quantos anos tem Fortaleza dos Valos? Quarenta e poucos anos, quarenta anos de emancipação. Eles conseguiram conveniar. Será que Porto Alegre não tem um técnico que consiga conveniar?

Então, por esses motivos, secretário, enquanto não tiver um corpo técnico qualificado e não tiver um orçamento decente, nós estamos à mingua e nós não seremos mais referência em nada, desculpe.

SR. BRENO KETZER SAUL: O Marcelo tocou em um ponto importante. Há um desmanche, sim, mas há um problema que a gente não pode superar, Mari, do Ministério. O conveniamento com o Funarte é um impedimento muito sério. A Maria do Rosário demandou, liberou uma emenda de R\$ 200 mil...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Breno, vamos respeitar aqui a ordem, depois vai ter o retorno aqui das pessoas, no primeiro bloco, de cinco inscritos. O Sr. Beto Chedid, da R.S. Música, está com a palavra. O senhor tem três minutos.

SR. BETO CHEDID: Salve, turma, boa tarde. Como músico, parte da R.S. Música, que se constituiu durante a enchente para tentar fazer alguma coisa também, professor e colega do Breno, concursado no Município de Porto Alegre, eu quero dar uma contribuição. Quando a Orquestra Villa-Lobos, que eu faço parte, teve a zika, porque o Marchezan limou as creches e a orquestra por dois anos, até que terminasse, o Melo entrou, ele conhecia, ele sabia o valor, ele quis botar. Os secretários de educação caíram um depois do outro, dizendo, não, porque nós vamos fazer, porque nós vamos fazer, e começou a ter os entraves. Sabe como foi resolvido? O Melo chegou e falou para o procurador-geral: resolva em quatro dias, estou indo viajar para não sei onde, quando eu voltar, eu quero assinar, eu sei o valor desse trabalho. Minha sugestão é, Liliana, gostamos muito da parte que ouvimos da sua determinação e esperamos poder contar contigo como um quadro que quer e que possa fazer coisas. Precisamos de equipamentos culturais, precisamos de técnicos, precisamos de gente e de recursos não humanos também. Vai abrir a Usina das Artes, eu não sei como, porque técnico de espetáculo tem meia dúzia trabalhando do jeito que dá, nos espaços que ainda tem. Para você conseguir, Liliana, e para nós conseguirmos, como classe, precisa dessa interlocução com o prefeito. Como falou o Marcelo, com uma verba pequena, sem interlocução com o prefeito, sem chamar junto e saber que ele se importe com isso, não vai ter destinação de equipamento, de recurso e tudo mais. Ele pode ter o protagonismo de fazer coisas positivas pela cultura, mesmo não sendo tradicionalmente do lado político dele, e isso como ele está se identificando ultimamente.

Queria dar essa sugestão para vocês. Chamem alguém da PGM, peçam cedência de estagiário, alguém da área do direito, e desentram isso, pelo amor de Deus.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Beto. O Sr. Airton de Oliveira, representante do SATED-RS – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul –, está com a palavra. O senhor tem três minutos.

SR. AIRTON OLIVEIRA: Boa tarde, eu sou vice-presidente do SATED-RS, meu nome é Ayrton de Oliveira, e é o SATED e não, a SATED. Eu concordo plenamente com o que a Tânia disse, por quê? Eu acho que tem um momento, que a gente tem que parar de chorar mágoa de Covid, chorar mágoa de enchente; baixar a cabeça e trabalhar. Nós fizemos lá no SATED... Recebemos uma verba parlamentar da Fernanda para fazer cursos profissionalizantes, fizemos convênio, foi através do IFE e com a FAURGS, foi em 2023, não é, Fernanda, que você fez? É, em 2023. E no ano passado, a gente executou e encerrou em dezembro com uma festa maravilhosa no Teatro São Pedro, com o Prêmio Quero-Quero. Então, eu acho que, se tem vontade, faz.

Breno, eu não estou aqui te criticando, colega de faculdade, nem a Liliana, eu gosto muito da Liliana, acredito bastante em ela sendo secretária, mas eu acho que falta boa vontade do poder público de fazer alguma coisa pela cultura. Por quê? Porque a cultura está arrasada, gente. Reduziram temporadas nos teatros a uma temporada. A gente fazia de tarde e de noite; agora é uma. Por quê, quando a gente pergunta? Porque não tem funcionário para fazer plantão. Então, eu acho que urge também, Liliana, fazer um concurso para ter funcionário, porque só o Breno, enquanto coordenador, um ou dois estagiários e um funcionário, não tem como providenciar nenhum edital. Pois é, então eu acho que estão tratando a cultura como qualquer coisa. E eu acho que não é como a vereadora falou, que a cultura é o que nutre a nossa personalidade e faz criar e ter pessoas cultas, pessoas que pensem. E eu acho que é isso que existe, que

o maior medo é que as pessoas pensem. Então, eu acho que a gente tem que parar de chorar as mágoas. Eu não sou um artista que vem chorar mágoas e dizer que estou arrasado, que não tenho dinheiro, que não sei o que lá... Mas acontece que, durante a pandemia, Tânia, se não fossem os artistas, não teria saído Paulo Gustavo, não teria saído Aldir Blanc. E os governos estaduais e municipais usaram isso politicamente como se fosse verba que eles conseguiram. E não é, não teve investimento nenhum. Tanto que a Secretaria do Estado está sem aplicar verba há um tempão. A gente já cansou de cobrar. Então, eu acho que tem que pensar na estrutura, gente, porque também, se não tem estrutura, não tem como fazer. Vocês ficam de mão amarradas lá, o Breno ficando de cabelo branco e sem fazer nada. Desculpa, mas é isso que eu queria falar.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Airton. O Sr. Tarciso Falconi da Cunha, pela Temática de cultura do OP, está com a palavra. Por favor, vamos atentar ao tema da reunião.

SR. TARCISO FALCONI DA CUNHA: Então, atentando ao tema, como todo mundo falou em recursos, acho que vamos também falar em recursos, em Orçamento Participativo, acho que não tem escapatória do tema como recursos. Tarciso Falconi, conselheiro da temática de cultura e juventude. Viemos aqui nos solidarizar com a demanda da pauta principal, que é o teatro de rua, e também a respeito de recursos. Recursos que também não estão chegando através do Orçamento Participativo, também não estão chegando através de emendas impositivas municipais, por diversos motivos que a gente já viu relatados aqui, não vou me fazer repetir. E que sempre, amigavelmente, a gente tem liberdade de falar com o Breno, de falar com a secretária Liliana, esperamos efetividade, sim. Como todos falaram, não vamos ser repetitivos, precisamos de efetividade. No governo, em que, ano passado, executamos, sim, bastantes recursos, foram apontados, sim, muitos recursos em valores, não somente... Eu acho que a questão dos zero trinta e poucos que foram apontados, não é esse o caso, mas

é muito mais do que isso. Então, a gente precisa de efetividade. Obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Tarciso. Agora, representando a Casa do Hip-Hop Rubem Berta, o Tiry. Queria, antes dele iniciar a sua fala, saudar o Leandro, que é uma liderança de muito tempo ali, fundador do Cohab É Só Rap. Eu me lembro, em 2005, 2006, do primeiro Cohab É Só Rap, na noite anterior ao evento, faleceu, foi assassinado um jovem, e eu me lembro que foi uma demanda muito grande do governo Fogaça, se faria ou não o evento. O evento foi executado, foi feito, e é um sucesso até hoje, graças também ao seu empenho. O senhor tem três minutos.

SR. TIRY: Obrigado, presidente; deputada Fernanda; Ver. Roberto; queria saudar a Mesa e a todos os colegas aqui presentes. Gostaria de dizer que é triste, a cultura está lutando, não conseguir executar as coisas que a gente tem necessidade nas periferias, principalmente. Eu fico muito feliz em ver a minha categoria unida, lutando, e acho que é assim, nessa mobilização que a gente deve seguir. Queria dizer para vocês que a gente, da Casa do Hip-Hop, como um movimento que é de rua, que é de luta, está aqui para somar, para que se possa viabilizar – e eu acredito muito que existe um empenho e uma boa vontade da secretária, também da parte do Breno, que eu conheço há muito tempo –, para executar essas emendas. Ao mesmo tempo, eu queria colocar a importância da cultura que é feita na periferia, porque nós, da Casa do Hip-Hop, que é de uma região de 80 mil pessoas com grande vulnerabilidade social, trabalhamos com oficinas, e também temos, além do carnaval, oficinas para o Museu da Cultura Hip Hop, o qual eu ajudei a fundar, e da Casa do Hip-Hop Rubem Berta, a qual também sou fundador, com os meus pares que aqui estão presentes. Eu acharia muito importante que se desse uma atenção para isso, Tânia, porque o Breno é um cara supercapacitado, e eu tenho certeza que na Prefeitura de Porto Alegre, em toda a Prefeitura, como o amigo falou ali, se consegue uma pessoa técnica, e se não se consegue, foi como o Roberto falou,

a gente traz o Isaac, de Brasília, para resolver o problema. Tenho certeza que a deputada colocaria ele à disposição, com o conhecimento que ele tem. Então, a gente se soma à luta em solidariedade à arte de rua, dizer que a gente está junto, que a gente acredita que a cultura... Mesmo que hoje a gente sinta vergonha de ser da cultura de Porto Alegre, eu concordo também, porque nós somos a capital do Rio Grande do Sul. Quando se precisa de hospital técnico, grande, se vem para Porto Alegre, quando se fala em cultura grande e técnica, se vem para Porto Alegre, e não é possível que hoje a Prefeitura não tenha um técnico, com um orçamento de 0,6, executado 0,3, um técnico para investir R\$ 2,8 milhões para a cultura de Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Tiry. Tem dois convidados aqui que não tiveram espaço de fala, um é da Associação Gaúcha de Escritores, Sra. Liana Timm – ela se encontra? E o outro é da Associação Brasileira do Teatro de Bonecos, Sr. Mário. Mário, tu gostarias de falar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem a Rede Brasileira do Teatro de Rua também.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Mário, eu vou te pedir para falar em três minutos, porque a gente tem que...

SR. MÁRIO DE BALLENTTI: Estou aqui representando a Associação Brasileira de Teatro de Bonecos e o Cacá está representando o Centro de Referência do Teatro de Bonecos. Em relação a essa questão, para nós, nos bate muito, por isso que eu e a Tânia nos abraçamos muito, porque o teatro de bonecos, assim como o teatro de rua, circula por muitos espaços. Ele raramente está nas salas de espetáculos, porque nós não temos mais temporadas para ficar em temporada, meses no teatro. Então, para nós, são fundamentais, sempre foram, as praças, as escolas, esses são os espaços que a gente circula. E como não existe política pública alguma para o teatro de rua, o teatro de bonecos também

vai minguando. O teatro de bonecos no Rio Grande do Sul sempre foi uma arte muito expressiva. Em Porto Alegre, nós tivemos vários grupos; nós tínhamos uma semana de teatro de bonecos, anual, com várias companhias. Isso tudo foi desmantelado, inclusive a descentralização da cultura, que eram os bairros para onde nós mais levávamos os nossos espetáculos. Daqui a duas semanas, eu estarei circulando com o espetáculo pelas escolas que foram alagadas do Floresta, mas não com verba do Município, com verba de edital do Minc. Então, é importante que a gente olhe para o teatro de bonecos, que a gente possa circular, que a gente possa se apresentar em Porto Alegre. A gente tem espetáculos que a gente apresenta no Brasil todo e não existe política pública, nem na educação, para contratar espetáculos, para que os espetáculos se apresentem, e muito menos descentralização. Então, simplesmente, os grupos de teatro de bonecos, que é uma profissão que eu passei a descobrir, essa profissão passou a existir para mim, justamente durante os 16 anos que eu consegui trabalhar em Porto Alegre só com teatro de bonecos. Hoje, se eu dou uma oficina e formo novos bonequeiros – estou com 63 –, não tenho o que prometer para eles. Vocês vão trabalhar, mas vão ter que ir para fora do Rio Grande do Sul, que é o caso do Rafa Cambará, que está na Espanha viajando. Tem vários outros bonequeiros que estão fora daqui, porque a cidade não acolhe o nosso trabalho, como antes. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Mário. Secretária, vamos fazer agora um bloco para a senhora poder responder?

SR. BRENO KETZER SAUL: Eu gostaria de fazer uma reunião com o Isaac e com a Mari para a gente conversar sobre a execução.

SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Para ficar registrado, não vamos chamar só a Mari, a Mari tem que estar, mas tem que estar a assessoria parlamentar do Minc. Mais ainda, vamos deixar uma data já marcada.

SRA. LILIANA CARDOSO DUARTE: Bom, nós temos que ter encaminhamentos propositivos e positivos, porque, senão, a gente fica nas conversinhas de lavar porco e sabonete e não chegamos a lugar nenhum. Desde 1996 – fiz um levantamento dentro da Secretaria com os servidores mais antigos, busquei diários oficiais – que não tem um concurso na Secretaria Municipal da Cultura. E uma preparatória para o concurso também não é em três meses. Então, desse ponto inicial, que vai ser uma luta, enquanto secretária, fazer essa solicitação de concurso, enfim, para técnicos, porque, realmente, temos que entender que há setores em que faltam servidores, e muitos irão se aposentar. Temos servidores também que estão lotados em outros lugares, inclusive um técnico aqui na Câmara de Vereadores – já pedi o retorno desse técnico, porque um técnico de cultura, enfim, de espetáculo, nos faz falta na Secretaria. Quanto a esses servidores, os que saíram, enfim, eu sempre separo servidores de carreira, concursado, com a sua legitimidade, e os cargos de confiança. E alguns cargos foram desligados no final do ano – estamos reformulando a equipe. Qual é o cuidado que estou tendo na seleção desses currículos? Que venha um currículo de conhecedor de leis, de advogados, historiador, que tenha uma dimensão de cultura, porque não adianta perguntar o que você acha da cultura: “Eu acho lindo, maravilhoso”. Não me adianta, não passa, não aceito. E ainda tem essa prerrogativa; não sei se não me dessem essa prerrogativa, dessa escolha, não sei se também eu suportaria seguir. Então, estou tendo esse cuidado, porém, sabemos que temos aqui... Tu és a campeã de emendas, viste, deputada? Tu és a campeã de emendas. Tivemos emenda do deputado Westphalen, uma; tivemos do Paulo Pimenta, tivemos do Covatti Filho, enfim, mas o número de fomento de emendas chega em torno de quase 10; então, realmente, é importantíssimo esse legado e essa preocupação. Porém, sabemos que um servidor que cuida de uma emenda federal é um tempo do recurso que vai e vem. Nós montamos um GT, um grupo de trabalho, para focar... Eu queria muito ter, na secretaria, o grupo do orçamento participativo, aquilo que nós vemos, que eu enxergava há uns 30 anos, que chegava nas repartições públicas, atendimento específico, vamos supor, para emendas, tinha 10, 15 pessoas.

Então, eu tenho que trabalhar com essa realidade para este momento. Então, temos um grupo de trabalho que vai ser liderado pelo secretário adjunto, que é advogado, enfim, um servidor, um agente público que transita, trabalhou em Brasília, conhece os meandros, enfim, dos pontos importantes, trabalhou no OP, também nesse sentido, junto também com o servidor Ticiano Leite. E nós vamos marcar uma agenda para cada emenda dessa, específica, onde o grupo de trabalho vai, já, enfim, entendido entre nós – gosto de dizer determinar, porque não gosto de determinar nada, acho que tudo é, na conversa final, que temos que chegar a algum lugar. E eles vão fazer, então, uma agenda, ao longo da semana, para chamar os responsáveis dessas emendas. E nós vemos toda a perspectiva, junto com o Minc, junto com o orientador da deputada federal Melchionna. E nós vemos exatamente o que travou, porque eu não gosto de cometer injustiça, nós conversamos ontem sobre isso, nem trazer à baila nomes que também – não é Tânia, não adianta, não adianta eu olhar para trás, meu farol é para frente – não resolveram, não fizeram, enfim, então, eu não vou botar a culpa em A e B. Mas a gente tem que ver por que deu deserto, deu três vezes, vão ter que chamar uma “inex”, ver o histórico do que aconteceu, enfim; o histórico eu já tenho, porque eu levantei tudo, eu levantei todo o histórico que eu tenho aqui. Mas tem algumas, duas ou três, que me chamam a atenção, que deram desertas. Eu quero entender também o que é isso, que eu não tenho um profundo conhecimento de emendas federais. Então, este grupo de trabalho, liderado pelo secretário adjunto, junto com a coordenação e o Breno também, vai, então, se debruçar sobre essas emendas federais. Essas pessoas que fazem as emendas federais são as mesmas que fazem OP, são as mesmas que fazem emendas municipais. Então, está entrando agora nessa seleção, embora não vá salvar o mundo, e a gente vai fazendo esse... Estagiário é muito importante, sim, porque muitos servidores dizem: “Como fazem falta aqui dentro os estagiários, porque eles iam adiantando a documentação e fazendo junto conosco”. Então, a gente está fazendo essa demanda e pedindo o último concurso, então, a solicitação de administrativo para cada coordenação. Já enviei para a SMAP, para começar, então, a habitar esses setores, para a gente

tentar dar a base. Não vou salvar o mundo, óbvio que não vou. Eu queria ter uma varinha de condão para poder solucionar tudo. Eu tenho que ser humilde em ter esse entendimento e aceitar, mas eu tenho que lutar até o fim. Eu vou ter que ir até o fim, esgotar todas as possibilidades dessas entregas. E voltar aqui na CECE, voltar com os parlamentares e explicar que travou aqui, aconteceu isso. O que eu não posso é não entregar por morosidade do processo público. Aí é uma vergonha. Já estamos passando vergonha? Isso é uma vergonha, essa morosidade do desleixo, do não entregar, também da complexidade. O que é a complexidade também, Breno, dessas emendas no processo administrativo, junto ao Minc, não é Mari, que a gente também tem que aprofundar isso e entender. Todo mundo fala: “Ha!, mas as outras emendas dos outros parlamentares entregaram, emenda PIX” Emenda PIX é a melhor coisa, porque a emenda PIX vem, é um PIX mesmo, que eu vi pelo andamento do processo, vai, o trâmite é menor; por isso, a entrega foi mais rápida. Então, nós vamos ver esse passo a passo para trazer o mapa e vamos marcar agenda com o proponente de cada emenda federal dessas que estão paradas ou que, de alguma forma ou outra, não andaram. Esse é o propósito desse grupo de trabalho, liderado, não é, Dr. Bandeira, pelo secretário adjunto, junto com o servidor Ticiano Leite. E o Breno é, claro, focado na emenda de arte de rua, mas fazer esse compilado, essa reunião urgente com o Ministério da Cultura, junto com a parte da assessoria parlamentar do Ministério. A gente tem que conversar e trazer quais são essas dificuldades, para também não cometer injustiças. Daqui a pouco estou comentando alguma injustiça, porque eu já fui... “Ah, tu estás dizendo que eu não entreguei, que eu não fiz.” Não. Estava parado, e eu quero saber por que ela parou, qual foi a dificuldade. Seriam esses apontamentos.

Bom, sobre o carnaval de bairros – temos 94 bairros. Então, a Secretaria Municipal de Cultura, o nosso orçamento, a gente sabe que não é significativo, conforme a cultura merece; estamos lutando para que a gente consiga aumentar. Temos 94 bairros; se em cada bairro a gente for fazer o carnaval dos bairros, eu não vou... É mentira! E aí eu vou fomentar um bairro, o outro vai dizer: “Ah, mas

para o outro tu deste”. Então, essa é a preocupação também das emendas parlamentares, do ano que vem, de a gente ter essa dimensão, ou por região, ou por Orçamento Participativo. Agora, todos os bairros, a gente não consegue. O Extremo-Sul, Belém e Lami, realmente ficam num canto da cidade que também, se não tem um vereador que lute por aquela localidade que é tão distante, nada acontece lá, enquanto cultura. Deixa eu ver o que mais. O CarnaLopo, na Lopo Gonçalves, enfim, depois. Ver.^a Grazi, a senhora me passa a demanda para a gente entender. Eu não tenho um profundo conhecimento, mas tive uma reunião no Ministério Público, de um lado é a vizinhança que entra no MP para denunciar por causa do barulho, do outro lado, a gente tem que entender o que é essa decisão, porque a liberação da SMDet passa por diversas secretarias, desde a Segurança, EPTC, enfim, por diversas secretarias, e há determinações judiciais que não sei se atingem ali a Lopo. O que foi? Ela parou, ninguém negou ainda nada. Ou está negado?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. LILIANA CARDOSO DUARTE: Passa os detalhes para eu poder, enfim, agora, quando eu sair aqui da reunião, eu já vou ligar para a secretária para saber os pormenores. Então, assim, eu sempre coloco a secretaria à disposição, e, às vezes, eu sou muito direta, porque não adianta também ficar ensaboando e prometendo coisas que eu não vou cumprir. E eu não posso, também, enquanto gestora, gente, passar por apontamentos do Tribunal de Contas, que chegam severamente à secretaria de Cultura. Nós temos apontamentos dos órgãos fiscalizadores que nos cobram, e eu tenho que dar satisfação sobre o porquê do ocorrido. Então, às vezes, “ah, mas sempre foi assim, porque agora tu estás mudando”; mas o “sempre foi assim” agora tem órgãos fiscalizadores que nos cobram seguir pela linha da fiscalização, pela linha da lei, e a gente não pode fugir. Em contraponto, tudo o que passa pelo gabinete da secretária vai até a Procuradoria-Geral do Município, que é o órgão orientador e fiscalizador da lei. Se a PGM não orientar um processo, um edital fiscalizatório, enfim, esses

apontamentos que depois vêm a seguir, eu não sei quem poderá me orientar. E, mais a nossa parte jurídica, dentro da secretaria, eu tenho que ter esse cuidado, eu tenho que ter esse cuidado. Eu não posso fazer nada da minha cabeça, porque, lá na frente, a gente vai responder em coletivo. A gente responde até em devolver dinheiro daqui a pouco, de algo, de uma irresponsabilidade que, enquanto secretária, eu não posso cometer. Editais têm prazo; a abertura de editais tem tempo, tem dias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quatro anos, não, né?

SRA. LILIANA CARDOSO DUARTE: Quatro anos, não, isso é uma vergonha. Mas, enfim, os editais, que muito critico... Por que a data foi marcada lá adiante? Eu não posso deixar de abrir também um edital porque vai passar a data do carnaval, porque daí vai ser mais um evento que eu não fiz, mais um evento que eu não cumpri. Afinal, o carnaval, hoje em dia, nada é na data, no dia, na data nacional. Enfim, tem carnaval que vai até o final de março, mas o importante é que eu vou executar o edital dos blocos de rua. Porém, por que ficou mais tardiamente? Por quê? Porque o ano fiscal abriu dia 5 de janeiro, o programa do SIGEF, porque o edital tem tempo, tempo de abertura, tempo de quem vai recorrer, tempo de protestar, enfim, sei lá; tem todos esses tempos que estão na lei, e eu não tenho como fugir disso, eu não posso atropelar a lei. Pelo menos eu sou uma pessoa que segue à risca, eu ainda sigo as diretrizes do que é o certo, não sou perfeita, mas eu vou tentar seguir o mais certo possível. Fora isso, eu não tenho como burlar, eu não tenho como ir além da lei, eu não tenho como ir contra uma determinação do juiz que manda bloquear um arresto judicial. “Agora eu te peguei, tu vais bloquear esse arresto judicial?”; “Não, juiz, eu não vou bloquear, eu vou pagar”. Quem vai responder e devolver o dinheiro sou eu, com o meu CPF. Então, esses cuidados, enfim, a gente tem que ter, enquanto secretaria. A parte da comunicação, e está aqui a nacionalista Ivani Schütz, enfim, dessa divulgação, ampliação de tudo o que a Cultura entrega, e é muita coisa, deputada. A secretaria da Cultura entrega muito, muito, muito, muito,

muito. Embora ainda a gente tenha uma equipe reduzida, esses servidores, tanto de carreira quanto CCs, trabalham muito. E os que não se comprometeram em trabalhar e fizeram vento, adeus, pampa minha. Então, eu tenho orgulho dessa equipe que a gente renova em 2025 e eu espero muito o trabalho dessa equipe, porque eu também não vou suportar quem não vai trabalhar – nesses apontamentos, a gente tem que ter essa seriedade. Muitos iam se aposentar, não vão para ficar segurando ali, me ajudando, nessa primeira etapa da secretaria, e isso é importante, talvez resgatando um pouco essa vontade também. Outros vieram para fazer aquilo enquanto concurso, fazem duas vezes mais, pelo compromisso e pela paixão que têm pela secretaria da Cultura, que foi seu primeiro concurso e que estão até hoje lá. Então, esses são os compromissos. Tem, sim, problemas na Cultura? Tem, e a gente sabe; o próprio OP, que está atrasado, e hoje liberamos para o pagamento dos OPs atrasados, indenizações que, no final, a gente acaba pagando. Mas nós temos uma etapa de fazer com muita responsabilidade e de processos que passam pela PGM. E são quantos procuradores para toda uma Prefeitura? “Procurador, eu tenho quatro pareceres para o senhor fazer para mim”; “Ou eu faço o seu parecer ou faço mais dez”. Então, é tudo uma engrenagem, Ver. Robaina, que, às vezes, transcende o próprio servidor, transcende a secretaria; às vezes, acham que é má vontade, mas não, é uma engrenagem também, que não é só no Município, é no Estado, é em nível federal; são etapas que, às vezes, a gente quer pular, mas não tem como.

Então, sempre à disposição, e a gente segue, vou deixar os contatos, quem não tem, sempre atendendo. E vamos tentar, se Deus quiser, Tânia, entregar essas emendas federais, ao máximo; o que não conseguirmos entregar, vamos dar satisfação para a sociedade do porquê não conseguimos. E, se Deus quiser, dias 20 e 21 de março, a entrega do nosso selo, do amigo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretária Liliana. Ainda temos...

SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Posso fazer uma proposta ainda, enquanto a secretária está aqui, se o presidente me permitir? Uma proposta de encaminhamento, não vou falar. Dia 10 de março, 9h da manhã, reunião comandada pelo Fábio para dizer onde está cada uma das emendas, qual a previsão da secretaria. Com o meu assessor Isaac, chamando o Minc regional e nacional. Mas todas as emendas. Dia 10 de março, às 9h da manhã. A PGM também tem que estar – vocês chamam a PGM, nós chamamos o Minc, etc. É isso, obrigada, Liliana; obrigada, presidente.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, deputada; obrigado, secretária.

SR. BRENO KETZER SAUL: Eu queria saudar o Hamilton Braga, coordenador, que foi na gestão dele, lá nos anos 1980, que lançaram as primeiras mostras de arte de rua. (Pausa.) Em 1990? Não, acho que em 1980.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. BRENO KETZER SAUL: Em 1990, as primeiras mostras de teatro em porta de fábrica. Foi lá que nasceu tudo isso aqui, pessoal. Hamilton Braga, da secretaria da Cultura.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, obrigado.

SRA. LILIANA CARDOSO DUARTE: Ver. Fleck, só um minutinho, que eu esqueci do Marcelo Restori.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Só dar um aviso aqui, senão o pessoal pode se desmobilizar um pouquinho. Nós temos cinco inscritos da plenária, mais dois convidados, e ainda tem o Ver. Jonas. Então, nós precisamos seguir. Secretária.

SRA. LILIANA CARDOSO DUARTE: Não sei se o Marcelo já foi ou está aí. Marcelo, eu não tenho a pretensão, no futuro próximo, de fazer o Fumproarte na grandeza do que foi, mas eu tenho que ter a responsabilidade de trazer o Fumproarte de volta na raiz do que ele foi criado. Nem que eu tenha lá R\$ 1,00, ele vai ter que ter a diretriz de fazer produção artística. Nós temos que fazer o que está dentro da lei do Fumproarte e fazer o Fumproarte ter corpo de novo. Então, é isso, eu tenho esperança, sou uma pessoa muito positiva.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretária. A Sra. Consuelo Vallandro, representando o SATED, está com a palavra.

SRA. CONSUELO VALLANDRO BARBO: Boa tarde a todos, todas e todes. Eu estou pela Associação de Circo também, vim pelo SATED. Quero agradecer o empenho de todo mundo em trazer essa reunião. Faço parte do Conselho Municipal e essa pauta, como disse a Patrícia, veio em muitas reuniões. Então é importantíssimo que a gente retome isso. Eu ia citar, mas a própria secretária já citou, desde 1996 – gente, vai fazer 30 anos! – que não tem um concurso público. É óbvio que as pessoas vão se aposentando, vão ficando doentes. Fernanda, eu queria só ressaltar uma coisa que eu estava refletindo, que ano passado teve as enchentes e, infelizmente, o Fumproarte foi retirado dos artistas no momento em que eles mais precisavam. O que a gente viu, tanto em âmbito estadual quanto municipal, que quem segurou a cultura foram as verbas federais de batalhadoras como vocês que fizeram a construção junto a todo o movimento popular para fazer essas leis de apoio emergencial que acabaram agora virando até um pouco estruturantes. Mas eu entendo, e até acompanhei a polêmica, de que essas leis não vêm para substituir a obrigação que os gestores têm que ter.

Então, gostaria de lembrar que a gente tem um fundo de apoio à cultura no Estado, que a gente tem o Fumproarte, que eles têm que estar aí, e é uma pena a gente ver que, mesmo quando a emenda chega aqui, ela é barrada por toda essa estrutura que é problemática.

Então, gostaria de sublinhar o que já foi falado: a gente precisa realmente de uma pessoa da PGM junto nesse acompanhamento, porque a gente sabe que, às vezes, tranca lá. Como conselheira estadual, acompanhei muito isso, de ver que as procuradorias não têm o entendimento. A gente tem o marco regulatório saindo, mas não sei o quanto eles estão apropriados disso. Então, é bom realmente chamar alguém da PGM junto. E eu gostaria de só ressaltar, porque a gente está meio em choque... Feliz, porque conseguimos até hoje, as pautas todas que eu vim falar com a Liliana, todas ela encaminhou, então, eu boto fé que vai andar. Mas a gente está bem chateado, porque deve ter várias entidades aqui que gostariam de fazer, como sempre fizeram, a seleção daqueles que vão ser os avaliadores dos editais do Município, e este edital foi aberto sem nenhuma divulgação, foi fechado, e a Circo Sul, nem a SATED, nem, acredito, alguém aqui tenha se inscrito para poder escolher o edital que seleciona os avaliadores.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CONSUELO VALLANDRO BORBA: É que no conselho a gente não viu nada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir...

SRA. CONSUELO VALLANDRO BORBA: Fica só a dica que passou batido pelo conselho. A gente não ficou... Não digo pelos sete dias, mas porque a gente nem ficou sabendo, e a gente sempre votou.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CONSUELO VALLANDRO BORBA: Pois então. Mas é isso. Espero que a gente consiga sair desse imbróglio, que é um imbróglio, Fernanda, de muitos municípios, não é só aqui, eu acompanhei isso, e acho que é fazendo essa pressão, que a gente está aqui com todo mundo, que a gente vai sair só do dinheiro federal, fazer com que os municípios também se estruturam para administrar essa verba que agora está chegando.

A cultura finalmente tem dinheiro, graças a nós, a uma luta coletiva, mas ela precisa também de estrutura, e isso é uma luta que a gente tem que fazer, todo mundo, para que a cultura se estruture. É isso, obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Consuelo. Vou chamar o representante do Festival dos Artistas de Rua, Filipe Farinha. O senhor tem três minutos.

SR. FILIPE FARINHA: Boa tarde, pessoal. Boa tarde. Boa tarde aqui também. Eu acho que as falas foram bem representativas. Só queria lembrar a urgência dessa questão. A Consuelo colocou muito bem a questão... E me convidaram para falar sobre os artistas de rua, defender os artistas de rua. A fala dela defende bem os artistas de rua, várias falas defendem muito bem os artistas. Mas eu posso contribuir aqui também, porque estou fazendo parte do Conselho Estadual de Cultura. A gente tem aqui a representação do MINC, e a gente tem o marco regulatório do Fomento à Cultura. A gente está estudando isso fielmente, e a gente precisa... As PGMs precisam entender isso. Não tem mais, é lei. Ela falou que não pode errar na lei, mas a gente está estudando o marco regulatório de Fomento à Cultura, o Sistema Nacional de Cultura, que nos traz a importância da cultura, como sempre a gente luta, a cultura como pública, como a segurança, como o esporte; a gente tem o sistema de saúde, e agora tem o Sistema Nacional de Cultura, e precisa fazer funcionar o Sistema Municipal de Cultura, que faz parte do sistema nacional, estadual, essas coisas. Então estou

aqui para ajudar, mas a gente precisa de urgência porque a vida não para, a vida segue. Eu sei que é difícil, mas não dá para aceitar um médico que não tem qualificação, então não dá para aceitar um prefeito que se coloca para administrar uma cidade e não coloca uma equipe qualificada para cuidar da pasta da cultura, que é tão importante para o desenvolvimento da sociedade. (Palmas.) Não dá. Não dá para aceitar, simplesmente, é qualificação. A gente estudou, me obrigaram a estudar para entender tudo isso. Então eu não posso aceitar que tenha um gestor público que não entenda o que eu estudei. Então a gente precisa de dignidade e qualificação. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Filipe. Sr. José, representante da União dos Blocos de Carnaval. O senhor tem três minutos.

SR. JOSÉ CLAUDEMIR CARVALHO: Boa tarde, deputada Fernanda. Cumprimentando V. Exa., estendo aos demais. Três minutos parece pouco tempo, mas eu não consigo ficar em um touro três minutos, em cima de um touro eu não consigo... Pessoal, eu sou uma pessoa que é tida como chato. Por quê? Porque eu cobro. É meu direito e eu cobro. Eu me sinto até, às vezes, *persona non grata* na Secretaria de Cultura justamente pelas minhas cobranças, e uma delas é que o Carnaval de Blocos de Porto Alegre não vai acontecer no dia oficial. E não foi culpa dos ativistas dos blocos, porque a gente está com uma Comissão de Cultura trabalhando há três anos, fomos em cima pedindo o edital, pedindo o edital: “Não, agora vem a Semana Farroupilha”; “Não, agora vem a campanha.” E não aconteceu. Este edital agora, que seria para a emenda, já deveria estar na rua. Já deveria estar na rua, e a gente tem que cobrar.

Eu possuo, lá no Orçamento Participativo, desde 2023, um direito de R\$ 50 mil, 2023, conseguido dentro do Orçamento Participativo da minha região – região leste. A gente demandou cultura lá em primeiro lugar e não aconteceu. Em 2024, novamente, demandamos cultura lá, cultura em primeiro lugar, uma emenda de R\$ 90 mil, para o meu bloco, também não aconteceu. O prefeito, em uma reunião do Orçamento Participativo lá na região, sendo vaiado, nós abafamos a vaia, ou

seja, eu defendi o prefeito, mas eu já estou quase arrependido de ter defendido o prefeito. Estou quase arrependido, porque são coisas que nós temos direito, e coisas que eu vou cobrar. Muitas vezes, na Secretaria de Cultura, me olham com cara meio assim... Já marquei com a sua secretária lá, pedi para marcar uma audiência com a senhora, justamente para tratar as minhas demandas do Orçamento Participativo e outras emendas parlamentares, e não obtive êxito, nem me responderam. Dizem: vamos ver... E não responderam.

Eu gostaria de pedir para os vereadores, principalmente agora o pessoal que está na Comissão de Cultura, para que, no ano seguinte, consiga alguma emenda para a cultura de blocos, porque, mesmo sendo da Comissão de Cultura, nenhum destinou nada para a cultura de blocos. Muito obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Bochecha. Secretária, a senhora tem que sair?

SRA. LILIANA CARDOSO DUARTE: Sim. Um minutinho só. Sr. Bochecha, eu nunca quero que me defenda, mas eu quero que sempre seja justo comigo. Não preciso de aplauso que defenda. Se estiver errado, vai criticar, e, se não tiver que defender, não defende. Mas o que eu não posso, Bochecha, é fazer o que não está dentro do tempo e da lei. Primeiro, o edital não tinha como ser aberto, porque não tinha ainda o dinheiro liberado da LOA de 2025, que é o ano vigente do carnaval de blocos, que, na realidade, nunca teve fomento, o carnaval de blocos. Nos últimos dois anos é que teve. O edital de carnaval de blocos, meio bilhão de fomento. E temos que organizar o carnaval de bloco. Há bloco que nasceu há quatro meses, virou bloco – encontrou a Liliana com o Mané Esquina, bloco Quebotada, e vamos juntos. Então, os blocos têm que ter tempo de vida, têm que ter uma organização. As escolas carnavalescas se organizaram, com seu CNPJ, com a sua organização. E é isso que busco, enquanto Secretária de Cultura, organizarmos o carnaval de blocos de rua, sem problema algum, e fazer com os pés no chão, porque eu não posso liberar uma data do carnaval de bloco se eu não estiver com o dinheiro empenhado. Porque quando chegar o dia do

carnaval de bloco, eu não vou ter dinheiro para pagar. Aí vão os blocos tudo para a rua dizer que eu sou caloteira, que eu não paguei, que o governo não pagou. Então, eu tenho que ter a segurança jurídica, segurança de pagamento, segurança de empenho e compromisso. Só isso para a gente deixar esclarecido.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretária. O Sr. Hamilton Braga está com a palavra, o senhor tem três minutos.

SR. HAMILTON BRAGA: Um minuto e meio, no máximo, é suficiente. Obrigado. Está bom, está bom, está bom. Não, eu havia me inscrito apenas para dar um exemplo. Eu quero, em primeiro lugar, louvar o interesse da Secretária Liliana, do Breno e lembrar que, em 1990, a Secretaria de Cultura não tinha completado dois anos, e nós realizamos a primeira Mostra Nacional de Teatro de Rua, com a participação ativa do meu xará, do Oi Galê, o Breno, acho que estava entrando na Prefeitura... Não, não, tu eras muito pequeno, Marcelo, mas isso. Em seis meses, antes da Secretaria de Cultura completar dois anos, o prefeito era o Olívio Dutra, nós organizamos uma Mostra Nacional de Teatro de Rua que tinha grupos, inclusive, do Sergipe. Obrigado.

E o que eu queria só concluir aqui, como os dois Hamiltons, é que não era, assim, com todo o respeito ao Roberto, com todo o respeito ao Jonas, com todo o respeito a Fernanda, não era emenda parlamentar, era dinheiro do Executivo. Então, assim, eu pergunto para a secretária, que aí fica bola picando, assim, esse ano vai ser com a emenda parlamentar da Fernanda, aliás, nem esse ano, vai ser ano que vem, demorou três anos, vai ser ano que vem, certo? no outro ano, 27, vai ser com que verba? Nós vamos ter que, de novo, pedir emenda parlamentar, o Executivo, que nós conseguimos, e foi no Orçamento Participativo que nós conseguimos a Mostra de Teatro de Rua. Foi no Orçamento Participativo, sabe? E o Hamilton sempre vem aqui dizer, é isso, é aquilo, e não é para o Hamilton que ele está batalhando. Você sabe muito bem isso, não é, Breno? Não é para mim que estou batalhando, quantos grupos são? Você sabe disso também, Hamilton? Eu e a Tânia ficamos feito doidos, correndo atrás de

um monte de coisas. Ah, é para nós, é para o Oi Galê... Não é, gente. É para a cidade, é para a vida, é para o ser humano. E é o dinheiro do Executivo. O dinheiro, não temos que depender, para um evento, de emenda parlamentar. Não, não, e não estou discordando da senhora.

SRA. LILIANA CARDOSO DUARTE: E acham que temos que prever isso no orçamento da Secretaria.

SR. HAMILTON BRAGA: E outra coisa, eu não tenho que disputar com o Carnaval, eu não tenho que disputar com isso... Não, gente, olha só, Carnaval é Carnaval, tem que ter vida própria.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Hamilton. A Sra. Nira, pelo Coletivo, está com a palavra.

SRA. ELENIRA REJANE PEREIRA: Que barbaridade! Cumprimentando a mesa, eu quero cumprimentar o Rafael Fleck, que eu acho que entrou nessa Casa lá no ano de 2000, ou 2004, com o Ver. Mauro Zacher, então a gente é também um pouco cria desta Casa. Não está aqui a Fernanda, mas eu queria agradecer uma emenda dela, porque se hoje... Se hoje tem uma emenda do nosso CRC, que é o Centro de Recondicionamento de Computadores, sem ela ter nunca colocado o pé dentro do Coletivo. Ela teve o olhar para aqueles jovens que a gente atende lá no Morro da Cruz. Isso aí significa coletividade.

O que eu quero dizer também aqui agora, sobre a cultura, os artistas de rua são desrespeitados bravamente. Isso aí é uma falta de respeito que acontece com eles. É uma falta de vergonha na cara que tem da parte da Prefeitura. Eu digo isso, sabe por quê? Quando veio a enchente, quando veio toda aquela catástrofe na nossa cidade, nós do Morro da Cruz, está ali a Estância Pasqualetto, está o Coletivo, nós descemos lá de cima do Morro da Cruz e fomos ajudar a atender os artistas de rua, porque eles estavam mendigando nas ruas. Os artistas que levavam a cultura para toda a cidade, que ensinavam... As crianças queriam ser

como os artistas de rua. As crianças estavam enxergando aqueles artistas de rua mendigando o que comer, mendigando o que dar para os seus filhos. Isso aí é uma vergonha para nós, cidadãos, para nós que lutamos pela cultura. Porque a cultura, nós, pelo Orçamento Participativo, a gente demandou à cultura, e fomos humilhados, fomos esnobados, porque as pessoas que colocaram lá para nos atender, o que eles disseram para nós foi que até tal dia nós tínhamos que prestar conta.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (PDT): Um minuto.

SRA. ELENIRA REJANE PEREIRA: Mas aí depois não veio; quando foi para ressarcir, foi muita burocracia. Tem instituições que ainda não tiveram ressarcimento. E temos aqui, nós ajudamos a construir essa cidade. A gente ajuda na construção de tudo. Não é pela senhora secretária, porque a senhora entrou, e antes da senhora, teve outras pessoas. Então, temos muito respeito pela senhora. Mas acho que é uma falta grande de respeito com os artistas de rua. É uma falta de respeito com as emendas que os deputados estão dando para a nossa cidade e não está sendo aproveitada. E aí o que acontece? As periferias estão como? Está aí. Ah, mas é da periferia. Sim, as periferias que fazem o levante quando a cidade está lá embaixo. É a periferia que desceu o morro quando a enchente estava lá detonando todos os prédios. Era a periferia que desceu o morro.

Então, é isso que quero dizer aqui. Tem que ter respeito com o povo da cultura, tem que ter respeito com o carnaval, respeito com todo mundo que trabalha no centro. Quem joga a bolinha na sinaleira é o menino lá, que era chamado de sopão quando ele era criança, por causa que ele pedia sopa nas casas. Aí ele foi para lá, e eu dei o primeiro banco para aquele guri, aí é ele que faz a cultura dele ali. Ele é um artista de rua, sustenta toda a família dele ali. É meu amigo, e ele, como tantos outros, tiveram que mendigar. Eu acho que isso aí não é legal. Então, só para terminar, eu quero dizer para esta Casa, dizer para vocês, que temos sim, é o nosso direito, é o direito do nosso povo, é o direito da nossa

periferia. Então, não temos que taxar isso, ah, porque o Tribunal de Contas vai cobrar. Vai cobrar, mas a cidade, a sociedade está cobrando de nós, que nós temos que continuar o nosso trabalho. E quem está no poder público tem que executar. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (PDT): Obrigado, Nira. A última inscrição, o Nicolas, pelo Embolamento Cultural. O senhor tem três minutos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (PDT): Obrigado, secretária. A secretária vai ter que se ausentar por outro compromisso assumido anteriormente. O secretário-adjunto, Fábio, permanecerá conosco.

O seu tempo está asegurado, Nicolas. Nicolas, tem três minutos.

SR. NICOLAS MOURA: Boa tarde a todos. Sou Nico Moura, sou compositor, sou cantor, sou representante do Coletivo Embolamento Cultural. Venho, em meio dessa fala, fazer um desabafo aqui para vocês, todos os presentes. Ou seja, demandas de 2021 trancadas. A gente vive em um País, não só em Porto Alegre, mas no País como um todo, com um grande desnível social. Alguns têm até demais, outros grandes dificuldades. Acredito que nós, povo da cultura, somos essas pessoas com grandes dificuldades. Ou seja, acredito que, no mínimo, 90% das casas e pontos de cultura, se não forem todos, encontram-se dentro das periferias. Ou seja, a partir do momento em que esses órgãos não têm recursos, não têm força para atuar dentro da comunidade, a criminalidade aumenta e impera. Todo dia são recrutados novos jovens, novos soldados para o tráfico de drogas. Eu fui um que troquei um armamento por este microfone. Certo, pessoal? Como foi citado o OP em outras falas ali. Estou até meio nervoso, estou um pouco sem argumento. Eu fiz um evento em dezembro do ano passado e ainda não recebi. Igual, também, dependo da cultura. Também tenho filho pequeno, também estou desempregado. Ou seja, vou fazer um

evento hoje para daqui três meses, seis, sabe lá quando a Prefeitura liberar. E isso acredito que não está correto. Ou seja, demanda de 2021, quatro anos depois, ainda parada. Isso, acredito que seja até um descaso. Acredito que tenha outras demandas, outros editais posteriores a esse tempo, que inclusive já foram liberados e executados. Acredito eu.

Para finalizar aqui, vou dar um exemplo geral. Se eu tiver hoje uma dívida em uma agência bancária, a cada mês é juros sobre juros. Essa dívida só aumenta. Fernanda, era R\$ 2,8 milhões? Certo o valor? Isso há quatro anos atrás. O que eu comprava com esse valor há quatro anos atrás eu não compro hoje. Quero saber como é que vai ficar essa situação se for liberada amanhã ou depois, daqui a mais quatro meses, quatro anos, que é o que a gente não quer. Se vai ser corrigido? Como é que vai ser essa situação? Onde está esse dinheiro? Está em uma gaveta parada ou está rendendo em uma conta bancária? Como é que está essa situação? Como vai ser? Vai ser o mesmo valor de quatro anos atrás, quando for liberado?

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (PDT): Um minuto.

SR. NICOLAS MOURA: Era essa a minha dúvida, que não ouvi ninguém falar, de todas as reuniões que vim até hoje. O mesmo valor, quando for liberado, vai ser o mesmo de quatro anos atrás? Essa é a minha dúvida. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (PDT): Obrigado, Nicolas. Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Primeiramente, agradecer o espaço da palavra, presidente, parabenizar o Ver. Roberto Robaina pela proposição e a Fernanda Melchionna, nossa deputada federal, por essa construção em nome da cultura. Parabéns por se dedicar a essa pauta e ajudar a nossa Porto Alegre, que, infelizmente, não tem orçamento para a cultura. Essa é uma realidade; 0,34% do orçamento. Isso é uma vergonha. E nós temos falado dessa vergonha há quatro anos aqui na Câmara. E não se resolve. Então, troca secretário, mas não troca

a posição política. Estava aqui o secretário da Fazenda. O secretário da Fazenda é empregado direto do prefeito. Ou seja, se não tem orçamento para a cultura, é porque o prefeito não quer. Aí, o que mais indigna, quando uma deputada manda recursos, dizem que tem burocracia. Isso é uma farsa, isso é uma ilusão, porque esse desmonte vem há muito tempo. Se não faz concurso público na cultura, não pode culpar os secretários anteriores. Estava todo mundo lá. Estava todo mundo lá. A secretária Liliana estava lá. Ela era adjunta. Então, ela também tem responsabilidade nisso. Ah, agora virou secretária? Bom, então, tomara que ela tenha uma capacidade de incidir no orçamento com a secretária da Fazenda, que, para mim, é a pior secretária da Fazenda da história. A Ana Pellini ajudou a privatizar, a detonar um monte de coisa no governo estadual. Então, eu não me engano com essas pessoas.

Por isso que eu quero dizer aqui aos movimentos sociais. Mantenham o pé firme na luta. Só os artistas na rua que vão conseguir arrancar, de fato, a implementação dos recursos. A deputada fez a parte dela. Ela mostrou que está a favor da cultura, mandou um recurso, e quatro anos aguardando para implementar. Não implementaram, porque não quiseram. Fizeram outras coisas. Foram fazer outras coisas. Tem que ser sinceros em falar. Não quiseram fazer. Não adianta dizer.

E quero dizer mais, Tânia, você, que aqui faz parte dessa luta há muito tempo nesta comissão, o Hamilton, enfim, nós sabemos que tem, sim, funcionários da cultura que trabalham. Mas não é correto os trabalhadores de lá trabalharem dobradamente, triplicando o seu trabalho. O que é isso? Então, a secretaria tem que dizer. Eu quero falar aqui ao secretário-adjunto que é novo que está chegando. Você está chegando na secretaria da cultura. Então, você está livre de responsabilidade nesse momento. Tem que apresentar um calendário de horas extras para os trabalhadores lá dentro. Isso é mostrar que vai fazer uma orçamentação suplementar. A secretária da Fazenda liberar. Ah, não tem servidor, não tem concurso, demora um ano para fazer concurso, para ter funcionários. Os cargos estão vagos. No tempo da Frente Popular, eram setecentos profissionais. Esse foi o topo, foi o pico de funcionários, setecentos e

poucos. Quantos nós temos hoje na Cultura? Cento e poucos. Não dá, não dá, gente! Então, eu quero dizer, e as pessoas que estão lá têm conhecimento técnico histórico, mas precisamos abrir vagas, precisamos deixar... Se as pessoas querem se aposentar, a secretária vem aqui e diz: “Os que querem se aposentar vão ficar para me ajudar.” Não tem que ficar, a aposentadoria é direito do trabalhador. Quem tem que se aposentar, se aposenta, porque é direito. O governo tem que fazer concurso e botar gente para dentro para trabalhar e não ficar explorando os aposentados que estão aí. Sabe por que o aposentado trabalha até agora? Por causa do Abono de Permanência, porque faz cinco anos que não dão reajuste salarial para os trabalhadores. Eles estão trabalhando, ganhando 30% a menos no salário, Fernanda. São 32% de arrocho salarial. Então, quem tem Abono de Permanência fica não é para ajudar a Liliana, é para pagar as contas em casa, gente. Daí ela vem e fala isso aqui e foi embora. Mas ela vai ouvir depois isso aqui, porque eu vou mandar essa gravação para ela. Então, não venha aqui pintar um universo todo diferente, porque eu conheço a turma que está lá na Prefeitura. É a mesma turma que estava há quatro anos. Então, nós precisamos nos unir.

E eu quero dizer o seguinte: nós talvez tenhamos que fazer um culturaço na frente da Prefeitura, porque, se eles não fizerem, não resolverem, lá dia 10, Fernanda, com vocês, não apresentarem um calendário real, nós vamos levar a cultura na porta do prefeito. Ele não quer cultura? Porque agora está aliançado com esses bolsonarentos, essa gente que odeia a cultura, fala mal da Lei Rouanet. E eu só posso falar bem, porque eu comecei a dar aula, Mari, pela Lei Rouanet, por projetos sociais – Cultura Une Escolas, Orquestra de Sucata... Para quem não sabe, eu sou da música, dava aula de música para os alunos nas periferias em mais de 11 escolas. Então, eles falam mal da Lei Rouanet, mas a Lei Rouanet que leva a cultura para dentro das comunidades.

Então, para encerrar, Fleck, quero te parabenizar aqui pela condução e dizer que a cultura tem que mostrar a que veio. Não é porque continua o governo que vai mudar, mudou fulaninho. Gente, só está enxugando os quadros, só está tendo menos funcionários. A coisa, a tendência é piorar se não tiver concurso. Então,

essa luta é de todas e todos nós, e é aí que vamos conseguir, Fernanda, implementar as emendas futuras, porque essa, eu acho que, de tamanha vergonha que está socialmente colocada na cidade, o debate, eles vão implementar as suas emendas, e nós vamos agradecer imensamente. Tomara que eles façam o busto teu lá de madrinha da Cultura. Um abraço.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Jonas, antes de encerrar...

SRA. TÂNIA FARIAS: Fleck, eu precisava só fazer um... Eu preciso fazer isso. Eu preciso agradecer a todas as pessoas, porque, na verdade, o Jonas está falando de luta, e as pessoas foram convocadas para essa reunião. E a gente trabalha muito, sabe o quanto é difícil deixar uma tarde inteira para estar aqui. Então, eu queria agradecer ao SATED-RS; à Associação Circo Sul, à Associação Brasileira de Teatro de Bonecos; ao Centro de Referência de Teatro e Bonecos; ao FAR Festival de Artistas de Rua; à Fundação Vera Chaves Barcellos; ao Movimento Livre Atelier Livre; ao RS Música; ao Embolamento Cultural; ao Dandô Movimento de Cultura Arte e Saberes Dércio Marques; à Frente Parlamentar de Cultura da Alergs; ao Conselho Municipal da Cultura; à Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz; à Oigalê Cooperativa de Artistas Teatrais; ao coletivo De Pernas Pro Ar; à Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta FavelA; ao Grupo Cerco; ao Nós Cia. de Teatro; ao grupo Corpos & Sombras; ao grupo tradicionalista Gurizada Campeira; ao Clube de Cultura; ao Arraial da Glória; ao Cia. Vento Minuano, à União dos Blocos de Carnaval de Porto Alegre; à Casa do Hip-Hop Rubem Berta; ao MNU Cultural, ao Teatro da Crueldade; aos nossos músicos. Acho que é isso.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Tânia. Eu gostaria de agradecer a presença de todos, em especial da nossa deputada federal Fernanda Melchionna, que abrilhantou a nossa reunião; o Ver. Robaina, pela demanda.

Para finalizar, vamos fazer, então, uma finalização da reunião ecumênica. Vamos chamar o Nicolas aqui, e ele vai finalizar com uma rima.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um minuto, quero só um minuto, porque o desmantelamento é tanto que uma coisa que se chamou Coordenação de Artes Plásticas ou Artes Visuais da Prefeitura foi eliminada. O último cargo que eu exerci na Prefeitura de Porto Alegre, que se chamava Chefe de Mostras e Exposições, foi eliminado. Essa eliminação de vários cargos e atividades mostra esse desmonte sucessivo da secretaria. E isso representa não a mim, obviamente, mas a todos os artistas visuais da cidade. O que está acontecendo na Prefeitura, no Centro Municipal de Cultura, é um desmonte sucessivo. A secretária me disse que alguns artistas acham que ainda está bom. Não está bom, não. Só para concluir.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado. Nicolas, encerra, está contigo.

SR. NICOLAS MOURA: Pessoal, para finalizar, vou fazer *a cappella* uma letra minha, até duas para juntar uma na outra. Vamos que vamos daquele jeito. É mais ou menos assim.

(Procede à apresentação de *rap*.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h40min.)